

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROSSANDRA OLIVEIRA MACIEL

A INTERNALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NA VIDA DOS IDOSOS
EM MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO DA AMREC

CURITIBA

2015

ROSSANDRA OLIVEIRA MACIEL

A INTERNALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NA VIDA DOS IDOSOS EM
MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO DA AMREC

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas, no curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto

CURITIBA

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECAS.
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Maciel, Rossandra Oliveira

A internalização da previdência social rural na vida dos idosos em municípios pertencentes à região da AMREC / Rossandra Oliveira Maciel. - 2015.

96 f.

Orientador: Fabiano Abranches Silva Dalto

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

Defesa: Curitiba, 2015.

1. Previdência social rural - Santa Catarina. 2. Idosos - Qualidade de vida. 3. Associação dos Municípios da Região Carbonífera. (Santa Catarina). I. Dalto, Fabiano Abranches Silva. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. IV. Título.

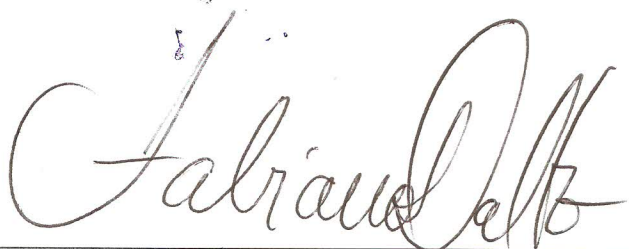
CDD 368.400981

ATA

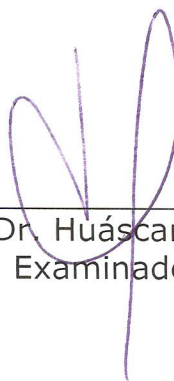
Os membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado do PPPP – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná aprovaram a dissertação de Mestrado com o título **"A Internalização da Previdência Social Rural na Vida dos Idosos em Municípios Pertencentes à Região da AMREC"**, apresentada pela mestranda **ROSSANDRA OLIVEIRA MACIEL**, no dia 11 de março de 2015.

Seguem, em anexo, os pareceres dos integrantes da Comissão.

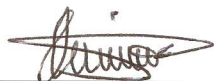
Curitiba, 11 de março de 2015



Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto
Presidente/Orientador/UFPR



Prof. Dr. Huáscar Fialho Pessali
Examinador/UFPR



Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam
Examinadora/Unesc

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela providência e por estar presente em cada momento da minha vida, contemplando desde os detalhes mais singelos até as conquistas mais gratificantes.

Ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Paraná, pela oportunidade do aperfeiçoamento acadêmico.

À CAPES pelo suporte financeiro, pois a bolsa foi de grande relevância para a realização da pesquisa.

Aos idosos que gentilmente se disponibilizaram a participar das entrevistas, sem a contribuição deles esta pesquisa não teria se realizado.

Desejo agradecer em especial ao professor Fabiano pela orientação, pelas conversas e conselhos que muito me motivaram no desenvolvimento da dissertação. Mas agradeço, sobretudo, por me ensinar a ver a realidade através das instituições.

Ao professor Huáscar, que de modo semelhante me falou acerca das instituições de forma tão envolvente. Sou grata pela sua contribuição no que tange à dissertação e também pela oportunidade de estagiar junto à graduação.

Ao professor Dimas, o grande incentivador do meu tema de pesquisa, e quem sempre me motivou a seguir carreira acadêmica. Sou grata pela sua presença nas bancas de qualificação e defesa, e por todas as contribuições dedicadas à melhoria desta dissertação.

À Talita, pelo apoio, amizade e irmandade que cultivamos desde a graduação. Às minhas colegas, Ana, Andréa, Ludmila e Pollyanna: longe de casa, em cada uma encontrei o carinho, o suporte, o amor e a acolhida de uma família. A presença de cada uma em minha vida deu outro significado ao mestrado.

Aos meus familiares, em especial à minha tia Atagy que muito me incentivou e sempre me acolheu com muito amor. Às minhas irmãs e aos meus pais, por acreditaram em mim e me apoiaram. Sei que SEMPRE estarão ao meu lado.

Ao Tiago, meu grande amor, que mesmo em meio à distância esteve ao meu lado, pacientemente compreendeu minha ausência, sempre me apoiou e me incentivou. Obrigada por fazer parte da minha vida de forma tão especial.

RESUMO

A Previdência Social Rural (PSR) é uma política pública fundamental que ganhou notoriedade por promover resultados socioeconômicos positivos, não somente para o campo, mas para a economia dos pequenos municípios rurais em todo o país. Frente a isto, o objetivo geral desta pesquisa centra-se em analisar a internalização da PSR na vida dos idosos em municípios pertencentes à região da AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera)/SC. Dividiu-se os procedimentos metodológicos em duas abordagens de análises: quantitativa e qualitativa. A primeira se deu através um levantamento de dados junto ao Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ao Ministério da Previdência Social e à Dataprev – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. A segunda foi contemplada por um estudo de caso, cuja técnica empregada foi a realização de entrevistas de roteiro semi-estruturado com a população beneficiada. A amostra foi definida por acessibilidade e delimitada pela saturação das informações, totalizando 30 entrevistas com aposentados rurais e duas com representantes locais. No que se refere aos resultados, constatou-se que a contribuição da PSR é maior nos municípios cuja renda per capita agrícola é menor. Nestes casos o papel desempenhado pela PSR se estende para além do contexto familiar abrangendo também a esfera econômica. Verificou-se que a PSR está associada ao envelhecimento do campo em dois âmbitos: por permitir que o idoso permaneça no meio rural com maior qualidade de vida, e por se traduzir muitas vezes em auxílio às famílias cujos jovens querem migrar para a cidade. Na perspectiva dos idosos, a PSR possui um significado singular. Para alguns, ela representa um complemento na renda, permitindo mudanças e melhorias no padrão de vida. Para outros, ela é a única fonte de renda responsável pela manutenção da sobrevivência. De modo geral, em ambos os casos, todos os entrevistados concordam que sem esta renda seria muito mais difícil enfrentar o envelhecimento. Em suma, esta pesquisa mostrou que a PSR internaliza-se ao garantir ao idoso, sobretudo, autonomia e independência, criando assim as condições para que a velhice seja um momento propício à elaboração e execução de projetos de vida.

Palavras-chave: Idoso; Previdência Social Rural; Internalização; AMREC.

ABSTRACT

The Rural Social Security (PSR) is a fundamental public policy that gained notoriety for promoting positive socioeconomic outcomes, not only for the countryside but for the economy of rural towns across the country. Facing this, the objective of this research focuses on analyzing the internalization of PSR in the lives of elderly in municipalities located in the region of AMREC (Association of Municipalities of the Carboniferous Region)/SC. The methodological procedures were divided into two approaches of analysis: quantitative and qualitative. The first was through a data collection on the Brazilian Institute of Geography and Statistics Census, the United Nations Development Program of the Ministry of Social Security and on the Dataprev – Enterprise of Technology and Social Security Information. The second was contemplated by a case study, the employed technique was the realization of semi-structured interviews with the benefited population. The sample was defined by accessibility and bounded by the saturation of information, totaling thirty interviews with rural pensioners and two local representatives. With regard to the results, it was found that the PSR contribution is higher in counties whose per capita agricultural income is lower. In these cases, the role played by PSR extends beyond the family context also comprising the economic sphere. It was found that the PSR is associated with the field of aging in two extents: to allow the elderly to remain in rural areas with better quality of life, and by translating itself into support for families whose youth wants to migrate to the city. From the perspective of the elderly, the PSR has a singular meaning. For some, it is a complement in income, allowing changes and improvements in living standards. For others, it is the only source of income responsible for maintaining the survival. In general, in both cases, all interviewees agree that without this income it would be much more difficult to handle aging. In short, this research showed that the PSR is internalized by ensuring the elderly, in particular, autonomy and independence, thus creating conditions for old age to become a propitious moment for elaboration and execution of life projects.

Key words: Elderly; Rural Social Security, Internalization, AMREC.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - REFERENCIAL DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA	21
QUADRO 1 - PRINCIPAIS FATORES IMPACTADOS PELA PSR NO BRASIL	39
FIGURA 2 - MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO DA AMREC – SC.....	433
GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO TOTAL DA AMREC	444
GRÁFICO 2 - POPULAÇÃO RURAL DA AMREC	45
GRÁFICO 3 - POPULAÇÃO DE POTENCIAIS APOSENTADOS RURAIS DA AMREC	466
GRÁFICO 4 - POPULAÇÃO RURAL/TOTAL DOS MUNICÍPIOS DA AMREC	477
GRÁFICO 5 - TAXA DE ENVELHECIMENTO HUMANO DOS MUNICÍPIOS DA AMREC	488
GRÁFICO 6 - QUANTIDADE DE APOSENTADORIAS E PENSÕES EMITIDAS EM DEZEMBRO DE 2013 NOS MUNICÍPIOS DA AMREC	511
GRÁFICO 7 - POTENCIAIS APOSENTADOS RURAIS X BENEFÍCIOS RURAIS EMITIDOS EM DEZEMBRO DE 2013 NOS MUNICÍPIOS DA AMREC	512
GRÁFICO 8 - RENDA PER CAPTA AGRÍCOLA DA AMREC	525
QUADRO 2 - PRINCIPAIS FATORES IMPACTADOS PELA PSR NA PRESENTE PESQUISA	83

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DINÂMICA POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA AMREC.....	49
TABELA 2 - INSERÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NOS MUNICÍPIOS DA AMREC	54
TABELA 3 – INFORMAÇÕES PESSOAIS DOS IDOSOS.	60
TABELA 4 – PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL, ATIVIDADE PRODUTIVA E RENDA DOS IDOSOS.....	63
TABELA 5 – PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL, CONSUMO E AUTONOMIA DOS IDOSOS.	72

LISTA DE SIGLAS

AMREC	- Associação dos Municípios da Região Carbonífera
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAP	- Caixa de Aposentadorias e Pensões
FPM	- Fundo de Participação do Município
FUNRURAL	- Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
IAP	- Instituto de Aposentadorias e Pensões
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MPS	- Ministério da Previdência Social
PIB	- Produto Interno Bruto
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRORURAL	- Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PSR	- Previdência Social Rural
SUS	- Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 IDOSO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL	14
2.1 REFERENCIAL DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA	16
2.1.1 Hábito e o efeito reconstitutivo descendente	16
2.1.2 <i>Habitus</i> e os estilos de vida	18
2.1.3 Naturalização, internalização das instituições e valores morais	20
3 PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL COMO POLÍTICA SOCIAL	23
3.1 IMPLEMENTAÇÃO TARDIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO BRASIL	25
3.1.1 República Velha, Estado Novo e o Período de Redemocratização	26
3.1.2 Implementação da Previdência Social Rural no Brasil	31
3.2 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO BRASIL	35
4. A INTERNALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NA VIDA DOS IDOSOS	40
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
4.2 UNIVERSO ANALÍTICO: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA	42
4.2.1 Dinâmica populacional na AMREC	43
4.2.2 Efeito-renda dos aposentados rurais	50
4.3 INFORMAÇÕES PESSOAIS DOS IDOSOS E A PROBLEMÁTICA DO ÊXODO RURAL JUVENIL	59
FONTE: COLETA DE DADOS EM PESQUISA DE CAMPO	60
4.4 PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL, ATIVIDADE PRODUTIVA E RENDA DOS IDOSOS	63
4.5 PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL, CONSUMO E AUTONOMIA DOS IDOSOS	71
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
6. REFERÊNCIAS	88
APÊNDICES	95

1 INTRODUÇÃO

A Previdência Social Rural (PSR) é uma política pública fundamental por não impor condicionalidades ao acesso com relação à renda ou ao estrato social. Por ser uma das principais políticas públicas voltadas ao meio rural, mais recentemente ela ganhou notoriedade ao promover resultados socioeconômicos positivos, não somente para o campo, mas para a economia dos pequenos municípios rurais em todo o país.

Com a efetivação da PSR na década de 1990 a cobertura do sistema previdenciário sobre os residentes rurais aumentou substancialmente. Neste âmbito, estudos - Schwarzer e Querino (2002), Bezerra (2006), Sugamoto (2007), Caldas (2008) - têm demonstrado que a extensão do benefício de um salário mínimo aos trabalhadores rurais contribui para a manutenção dos agricultores no campo, bem como para a ampliação da renda das famílias. A PSR também ganha destaque por seu caráter distributivo, pois beneficia os trabalhadores em regime de economia familiar - são aquelas pessoas não inseridas no mercado de trabalho formal, agricultores familiares ou pescadores que trabalham sem a contratação de mão-de-obra.

Contudo, embora a PSR apresente um amplo impacto no que tange à realidade rural brasileira, ela é ainda pouco debatida na academia, tendo em vista que a ruralidade foi durante muito tempo sinônimo de atraso. E, com referência ao idoso, esse desinteresse é ainda maior. Uma pesquisa realizada no Banco de Teses da CAPES¹, acerca do tema Previdência Social Rural mostrou que no período de 1987-2013 foram desenvolvidos apenas 21 estudos que abordassem a contribuição da PSR na vida do idoso do campo. Entretanto, foi possível perceber que há um interesse interdisciplinar por tal política, uma vez que estes trabalhos estão divididos entre 16 áreas diferentes de estudo. É importante acrescentar que a invisibilidade da PSR no âmbito acadêmico também está atrelada ao baixo investimento em políticas públicas no meio rural em comparação ao meio urbano.

No que tange aos estudos encontrados sobre a PSR, enquanto parece haver alguma evidência de que existam efeitos positivos no nível da renda, outras

¹ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, disponível em <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>

consequências diretamente relacionadas com o comportamento dos beneficiários não são devidamente capturadas. No sul do Estado de Santa Catarina, mais precisamente no meio rural da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), onde se desenvolveu esta pesquisa, não há estudos que evidenciem a inserção e os efeitos da PSR na vida dos idosos. Tampouco nos municípios pertencentes à região – Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

De acordo com os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a AMREC teve um crescimento em sua população de 12% entre os anos de 2000 e 2010, apresentando atualmente 390.791 habitantes. No entanto, com relação à população rural, o efeito foi contrário, pois se verificou uma redução populacional de 33%, de modo que residem no meio rural na região da AMREC o total de 42.857 pessoas.

Entretanto, quando se estuda somente a população rural com mais de 60 anos, verifica-se uma redução de apenas 0,75%, um percentual muito inferior à redução da população total rural, de modo que há um total de 6.407 potenciais aposentados rurais (mulheres acima de 55 anos de idade, e homens acima de 60 anos) residindo no meio rural da AMREC. Segundo os dados apresentados, constata-se na região os fenômenos do êxodo rural e do envelhecimento do campo, o que suscita a hipótese de que esta população esteja permanecendo no meio rural devido aos possíveis impactos positivos da PSR.

Diante disso, delinea-se o objetivo central da presente pesquisa: analisar a internalização da PSR na vida dos idosos em municípios pertencentes à região da AMREC. Para o alcance do mesmo, dividiu-se a pesquisa em três objetivos específicos. O primeiro centra-se em analisar a inserção da PSR nos municípios pertencentes à região. O segundo consiste em verificar qual a contribuição da PSR para manutenção dos idosos no campo em municípios pertencentes à região. E por fim, demonstra-se como a PSR se efetiva na vida dos idosos - no que tange à atividade produtiva, gastos com saúde, consumo, entretenimento, dentre outros.

A escolha da região da AMREC para o presente estudo se deve à proximidade da autora com os municípios a serem investigados. Uma vez realizado um estudo exploratório prévio no município de Forquilha, a autora verificou a

necessidade de dar sequência à pesquisa, ampliando-a, tendo em vista as similaridades que envolvem o meio rural dos municípios. Na maioria deles verificam-se os fenômenos do envelhecimento do campo e do êxodo rural. Todos possuem agricultura familiar sólida, - em muitos casos representados por cooperativas – e também se assemelham por apresentarem sindicatos dos trabalhadores rurais consolidados, o que facilita o acesso às informações relevantes para o estudo.

O objetivo desta pesquisa requer a abordagem do idoso como categoria teórica central para o debate. Esta será realizada a partir de Motta (2010) e Barros (2006), autoras que buscam ir além do etarismo assumindo assim esta categoria em um contexto de pluralidade, marcado por grupos heterogêneos compostos por diferentes trajetórias de vida. Como suporte teórico, pretende-se ainda adotar a perspectiva dos autores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Esses argumentam acerca da relevância da PSR para sociedade, bem como falam sobre seu papel na redução da desigualdade de renda e na promoção do bem estar das famílias beneficiadas. E, por tratar-se de uma pesquisa interdisciplinar, agregar-se-á também o referencial da sociologia econômica, mais precisamente os conceitos de hábito, *habitus* e valores morais.

O aprofundamento desses conceitos faz-se fundamental para entender a internalização da PSR na vida dos idosos. O termo internalização na presente pesquisa faz referência ao processo de mudança institucional que ocorre na vida dos beneficiários após terem acesso à PSR. Neste âmbito, entender tal mudança implica analisar como os idosos absorveram o benefício, como determinada renda se inseriu em suas vidas transformando-as e como os idosos percebem esta mudança.

Por fim, é preciso salientar que as três questões norteadoras desta pesquisa perpassam um debate central acerca da universalização da PSR no âmbito do Estado como provedor de direitos sociais. Para tanto, a partir de Skocpol (1985), Pitelis (1994); Screpanti (2001), Hodgson (2006) e Draibe (1985) assume-se na presente pesquisa o Estado como uma estrutura institucional que, em constante transformação, é capaz de influenciar de diferentes formas a sociedade bem como a vida dos indivíduos.

Neste âmbito, a PSR será investigada aqui segundo suas particularidades, o que remete à necessidade de entender seu processo de implementação no contexto

das transformações pelas quais passou o Estado brasileiro. A fim de perceber o grau de autonomia do Estado no processo de institucionalização da PSR, assume-se que são distintos os tempos em que as questões emergem e se impõem, o que sinaliza o caráter pragmático do Estado provedor de direitos, agindo frente às circunstâncias que lhe são postas.

Desta forma, o presente trabalho está dividido em cinco capítulos. Após esta breve introdução, o segundo capítulo consiste na apresentação do idoso como construção social, seguido pelo referencial da sociologia econômica. No terceiro capítulo, desenvolve-se uma discussão sobre a PSR como política social, problematizando a implementação tardia da política no Brasil, e revelando os impactos socioeconômicos da PSR para a população residente no campo, bem como para economia dos municípios. No quarto capítulo adentra-se aos procedimentos metodológicos e aos resultados da pesquisa, abordando o universo analítico investigado, bem como a internalização da PSR na vida dos idosos. Por fim, estão as considerações finais acerca do que foi observado.

2 IDOSO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

A idade tem sido usada como um critério de corte para a definição da população idosa. Inclusive, esse tem sido o critério que fundamenta as leis previdenciárias no país. Um exemplo foi a criação do Plano de custeio e do Plano de benefícios da previdência em 1992, no qual ficou estipulado que os aposentados da PSR seriam homens a partir de 60 anos de idade, e mulheres com 55 anos ou mais.

Para além deste conceito, Mota (2010) considera que as experiências de vida contribuem para estabelecer comportamentos e identidades, o que a leva a trabalhar com a população idosa a partir da perspectiva de geração. Esta representa grupos de indivíduos que viveram na mesma época e que partilham suas experiências de vida. Contudo, não significa dizer que um mesmo contexto social afeta igualmente todos os membros de um grupo de idade e vivência semelhantes, pois esses podem assumir diferentes posturas e caminhos sociais muitas vezes opostos.

A partir da ideia de geração, Motta (2010) trabalha o conceito de velhice. Segundo a autora, este é um termo recente, que emergiu a partir das décadas de 1980 e 1990 - período marcado pela focalização das políticas sociais - quando os idosos passam a ser vistos como um problema social. Uma das preocupações que emergia não era exatamente com relação aos idosos, mas com a “quebra” do sistema previdenciário. Barros (2006) acrescenta que nesta sociedade a imagem negativa associada à velhice centra-se em um declínio da vitalidade de modo que, apesar de a aposentadoria se constituir em um direito reconhecido, o aposentado, aos olhos da sociedade, é visto como um ser que não tem mais serventia para o trabalho.

Ao explorar a trajetória dos estudos de velhice no Brasil, Barros (2006) identifica a velhice como um momento em que é possível a elaboração e execução de projetos de vida, desde que o indivíduo tenha vida social, autonomia e independência. A autora ressalta que, para tanto, o idoso precisa estar cercado de possibilidades sociais e culturais, e que a elaboração de projetos está atrelada às escolhas do indivíduo quando ele acredita ter o controle sobre sua trajetória.

Atrelada a todas essas questões a velhice também traz consigo as mudanças corporais, que se traduzem em dificuldades a serem superadas, frente a uma sociedade na qual a juventude foi eleita como modelo a ser seguido. Segundo Barros (2006), como resposta a tal contexto, construíram-se um conjunto de iniciativas que revelam uma nova sensibilidade em relação à velhice indicando uma alternativa positiva de se viver esta fase da vida.

Contudo, Barros (2006) afirma que, apesar de estar posta esta questão social, hoje há indivíduos que não se percebem envelhecer como totalidade. Muitos idosos remetem a velhice ao estado de espírito, de modo que a preocupação com a aparência do corpo deixa de ser central. Ademais, a autora acrescenta que, com a aposentadoria, muitos idosos se tornam provedores financeiros das famílias, e ganham centralidade no lar frente à autonomia proporcionada pelo benefício.

Frente às condições socialmente estabelecidas, a velhice emergiu como questão social, uma vez que os valores são outros, a exemplo da própria independência que passa a ser muitas vezes um desejo do idoso. E é neste âmbito que o conceito de velhice é empregado na presente pesquisa. Por fim, é preciso esclarecer que este tópico ousou apenas abordar a categoria de modo a ir além do etarismo no qual está pautada grande parte dos trabalhos em ciência sociais.

Em síntese, nesta pesquisa, ainda que se utilize o tradicional conceito de faixa etária, a ideia de geração estará presente, pois ela pressupõe o conceito de velhice como fruto de uma construção social. É nesta perspectiva que será avaliada a internalização da PSR na vida dos idosos em que se pretende entender, mais precisamente, como esta renda possibilita a elaboração e execução de projetos de vida e como ela se traduz em garantia de autonomia e independência, redefinindo muitas vezes a identidade do idoso bem como o contexto social em que ele está inserido.

A seguir, a partir do referencial da sociologia econômica, adentra-se às demais categorias analíticas que perpassam o presente estudo.

2.1 REFERENCIAL DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Pretende-se trabalhar aqui alguns conceitos a fim de entender como a Previdência Social Rural (PSR) é internalizada nos hábitos dos aposentados. Para tanto, são desenvolvidas a seguir as principais categorias teóricas que darão suporte à análise empírica deste estudo: instituições, hábito, *habitus* e valores morais.

2.1.1 Hábito e o efeito reconstitutivo descendente

Embora não seja possível unificar o conceito de instituição, segundo Hodgson (2006), faz-se fundamental entender algumas concepções acerca do termo, visto que uma análise empírica demanda conhecimento sobre como elas funcionam ou se organizam. Esse autor considera que as instituições são as estruturas de maior relevância da vida social. Elas consistem em sistemas duráveis de regras sociais incorporadas pelas pessoas, que prevalecem sobre as interações sociais, estruturando-as e criando expectativas estáveis de comportamento, pois elas estão atreladas aos pensamentos e atividades dos indivíduos.

Partindo desta concepção, Hodgson (2006) argumenta que o funcionamento das instituições se deve à existência de hábitos compartilhados de pensamento. Segundo o autor:

Os hábitos em si são formados através da repetição da ação ou do pensamento. Eles são influenciados pela atividade prévia e possuem durabilidade, qualidades autossustentáveis. Através de seus hábitos, os indivíduos carregam as marcas de sua própria história que é única. [...] Para o agente humano, os hábitos são em si os meios de maior deliberação e decisão consciente. (Hodgson, 2003, p.164).²

Nessa discussão, o hábito - desencadeado por um estímulo em um contexto específico - emerge como uma disposição a se engajar em determinados

² Habits themselves are formed through repetition of action or thought. They are influenced by prior activity and have durable, self-sustaining qualities. Through their habits, individuals carry the marks of their own unique history. [...] For the human agent, habits are themselves means of higher deliberation and conscious resolve. (HODGSON, 2003, p.164).

comportamentos ou pensamentos. No caso, a presente definição remete pensar a instituição da PSR como uma política que, ao ser incorporada à vida dos idosos e se tornar um elemento de seus hábitos de pensamento e ação, pode desencadear novos comportamentos ou reforçar comportamentos já existentes, a exemplo do hábito de consumir.

As instituições não se restringem apenas aos pensamentos e ações coletivas. Hodgson (2003) alega que, por serem estruturas sociais, elas são capazes de exercer uma pressão persuasiva sobre os indivíduos, denominada efeito reconstitutivo descendente. Esse efeito se traduz em um processo de aprendizagem social, que “no sentido mais amplo, é mais do que a descoberta ou a recepção de informações; é a reconstituição de capacidades individuais e preferências, equivalente a uma mudança na personalidade individual.” (HODGSON, 2003, p.167)³. Tal processo se concretiza a partir da reconstituição dos hábitos. Conforme destaca o autor:

As instituições são estruturas sociais com capacidade de causação descendente reconstitutiva, agindo sobre hábitos enraizados de pensamento e ação. Forças e limitações associadas às estruturas institucionais podem incentivar mudanças de pensamento e comportamento. Por sua vez, sobre aqueles atos repetidos, novos hábitos de pensamento e comportamento emergem. Não é simplesmente o comportamento individual que foi alterado: há também mudanças nas disposições habituais. Estas, por sua vez, estão associadas às mudanças nas propensões e preferências individuais, (Hodgson, 2003, p.167).⁴

Portanto, para Hodgson (2003), o efeito reconstitutivo descendente ocorre através da característica mais oculta e penetrante das instituições: sua capacidade de criar e moldar os hábitos de pensamento e a ação individual. Cabe aqui uma ressalva a partir da distinção que Hodgson (2003) faz entre hábito e comportamento. Para o referido autor, este consiste na ação, ao passo que o hábito se revela na propensão ou disposição. Nesse âmbito, o efeito reconstitutivo descendente começa

³ In the fullest sense is more than the discovery or reception of information; it is the reconstitution of individual capacities and preferences, tantamount to a change in individual personality. (HODGSON, 2003, p.167).

⁴ Institutions are social structures with the capacity for reconstitutive downward causation, acting upon ingrained habits of thought and action. Powers and constraints associated with institutional structures can encourage changes in thought and behaviour. In turn, upon these repeated acts, new habits of thought and behavior emerge. It is not simply the individual behaviour that has been changed: there are also changes in habitual dispositions. In turn, these are associated with changed individual understandings, purposes and preferences. (HODGSON, 2003, p.167).

por meio da reformulação do hábito e, na medida em que este se estabelece, torna-se então uma base para a criação de novos comportamentos.

No contexto descrito pode-se entender a institucionalização da PSR como um mecanismo capaz de moldar as propensões e disposições individuais dos idosos. Ao se tornarem beneficiados, a estabilidade proporcionada pela PSR pode se traduzir em novas preferências, aspirações, desejos, valores e até mesmo novos comportamentos. A fim de fomentar este debate, a seguir adentra-se ao conceito de *habitus* desenvolvido por Bourdieu.

2.1.2 *Habitus* e os estilos de vida

Bourdieu (2008) desenvolve o conceito de *habitus* atrelado ao estilo de vida, como sendo capaz de realizar uma aplicação universal, ao fazer com que o conjunto de práticas de um agente ocorra de forma sistemática por meio da aprendizagem. Esta ocorre a partir da aplicação de esquemas idênticos e constitutivos, inseridos em determinados estilos de vida. O autor acrescenta à discussão que o gosto - propensão e aptidão para a apropriação material de determinados objetos - é uma fórmula geradora que se encontra na origem do estilo de vida. Deste modo, o gosto emparelha e assemelha coisas e pessoas que se ligam, e entre as quais existe um acordo mútuo.

Os esquemas geradores do *habitus*, segundo Bourdieu (2008), aplicam-se por simples transferência em meio à aprendizagem, de modo que as práticas associadas às diferentes classes se organizam de acordo com as estruturas, que são perfeitamente homólogas entre si. Assim, para construir o espaço dos estilos de vida, nos quais se definem o consumo, Bourdieu (2008) atenta para a necessidade de ter-se clara a fórmula geradora do *habitus*. Essa se faz responsável por retraduzir as necessidades e as facilidades de suas condições de existência homogêneas, bem como por determinar a maneira como as disposições do *habitus* se especificam.

Nesse âmbito, as contribuições de Bourdieu (2008) são extremamente relevantes para que se compreenda uma série de elementos identificáveis na

presente pesquisa. A exemplo, destaca-se a preferência dos idosos por permanecerem na atividade agrícola mesmo após se aposentarem, conforme demonstrará o estudo empírico, o que denota a predominância de um estilo de vida, no qual se insere a PSR.

Destaca-se também a discussão que Bourdieu (2005) tece sobre o campo econômico, no qual as disposições econômicas - necessidades, preferências e propensões - não são exógenas ou dependentes da natureza humana, mas sim endógenas, pois são construídas em meio à história. De acordo com o autor:

O agente social, na medida em que é dotado de um *habitus*, é um individual coletivo ou um coletivo individualizado, pelo fato da incorporação. O individual, o subjetivo, é social, coletivo. O *habitus* é subjetividade socializada, transcendental histórico, cujas categorias de percepção e de apreciação (os sistemas de preferência) são o produto da história coletiva e individual. (BOURDIEU, 2005, p.47)

No que se refere às instituições, para Bourdieu (2005) essas são criadas em relações sociais, à medida que vão se reproduzindo e passam a se perpetuar na vida dos atores. Nesse aspecto, a teoria do campo econômico insere-se na análise para embasar as preferências dos idosos no contexto coletivo. Como mostrará a presente pesquisa, a interação social em meio aos Clubes da Terceira Idade e Clubes de Mães levou os idosos a participarem e despenderem parte da renda com atividades antes pouco ou nunca praticadas por eles.

Por fim, cabe destacar que Bourdieu e Hodgson, ao proporem os conceitos de hábito e *habitus* não estão atuando diretamente sobre as decisões individuais, mas sim sobre as disposições habituais, na quais as instituições ganham centralidade sem, contudo, reduzir as peculiaridades individuais. Assim, pode-se dizer que ambos os autores superam o dilema entre o individualismo metodológico e o coletivismo metodológico que tanto marca os estudos em ciências sociais.

A seguir, faz-se necessário entender como as instituições se naturalizam na vida dos indivíduos através da produção de valores morais.

2.1.3 Naturalização, internalização das instituições e valores morais

Preocupada em relacionar as instituições com a cognição humana, Douglas (1998) parte do princípio que elas estão na base do pensamento dos indivíduos, desempenhando o “molde social da cognição” em meio a um “agrupamento social legitimado”. Tal como Bourdieu (2005), a autora destaca que os indivíduos não tomam decisões sozinhos e argumenta que o pensamento institucional está em suas mentes, influenciando-os constantemente. Ademais, Douglas salienta que as instituições não possuem opinião própria, de modo que sua inserção na vida das pessoas se dá em meio à sociedade – em “comunidades morais, persistentes e verdadeiras” (DOUGLAS, 1998, p.38) – quando seus membros possuem pensamentos e sentimentos semelhantes.

No que tange à naturalização das instituições na vida dos indivíduos, Douglas (1998) defende que estas passam primeiramente por um estágio de “convenções frágeis”, processo pelo qual as instituições são criadas sem ainda terem se naturalizado na vida dos indivíduos. Sobrevivendo a essa etapa, então as instituições se inserem em uniformidade e ganham identidade ao influenciar os pensamentos individuais. Este processo se dá em meio ao que a autora denomina de “analogia compartilhada”, um instrumento que confere status natural às relações sociais, legitimando assim as instituições frágeis:

Qualquer instituição que vai manter sua forma precisa adquirir legitimidade baseando-se de maneira muito nítida na natureza e na razão. Então ela propiciará a seus membros um conjunto de analogias por meio das quais se poderá explorar o mundo e com as quais se justificará a naturalidade e a razoabilidade dos papéis instituídos, e ela poderá manter sua forma contínua, identificável. (DOUGLAS, 1998, p.131).

Nesse sentido, Douglas (1998) destaca que as instituições sobrevivem atrelando todo processo de informação, em meio à interação social, à tarefa de se afirmarem continuamente. Portanto, o processo de naturalização das instituições se dá quando elas propiciam as categorias de pensamento de seus membros, estabelecem os termos para o autodesenvolvimento e fixam as identidades.

Cabe distinguir o uso dos termos naturalização e internalização, visto que ambos são empregados na presente pesquisa. O primeiro, conforme visto, refere-se ao status natural que adquire uma instituição quando ela se insere em uniformidade na vida dos indivíduos influenciando seus pensamentos e ganhando assim identidade. A internalização, embora seja um processo paralelo à naturalização, refere-se mais precisamente à mudança institucional promovida pelas instituições na vida dos indivíduos.

A seguir, apresenta-se a (FIGURA 1) a fim de sintetizar os principais conceitos da sociologia econômica vistos até aqui:

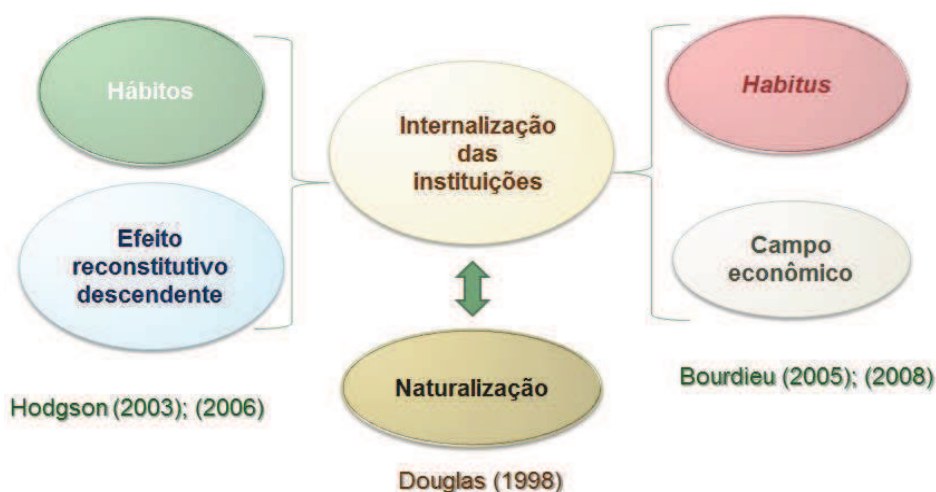


FIGURA 1 – REFERENCIAL DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA
FONTE: O AUTOR

Conforme se salientou, o termo internalização faz referência mais precisamente à mudança institucional promovida pelas instituições na vida dos indivíduos. A (FIGURA 1) demonstra que tal processo se dá através da reconstituição dos hábitos, que leva a formação de novas disposições, comportamentos e pensamentos. A internalização por sua vez se dá no contexto do campo econômico no qual o indivíduo está inserido, o que pressupõe que as necessidades, preferências e propensões são construídas em meio à história, ao *habitus* e ao estilo de vida de cada um.

Também é central para esta análise o papel desempenhado pelas instituições na produção de valores morais. Conforme Douglas (1998), eles estabilizam o fluxo da vida social, criando realidades que se aplicam aos indivíduos. Segundo a autora, as opiniões morais são formadas em meio às instituições sociais, de modo que os próprios julgamentos são igualmente criados através de instituições.

Por tratar-se de uma pesquisa interdisciplinar, o referencial teórico da sociologia econômica traz uma contribuição fundamental ao fornecer ferramentas analíticas para compreender o processo de internalização da PSR na vida dos idosos. Foram abordadas aqui as principais categorias de análise - instituição, hábito, *habitus*, valores morais, naturalização e internalização das instituições. Em suma, a partir desse referencial teórico, pretende-se compreender que tipo de interações os idosos passam a desenvolver com a internalização da PSR em suas vidas.

A seguir adentra-se à abordagem da PSR como política social, sob a lógica do bem-estar social, da sua implementação tardia no caso brasileiro, e os impactos socioeconômicos da política no país.

3 PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL COMO POLÍTICA SOCIAL

Antes de discutir a Previdência Social Rural (RSR) e suas especificidades é preciso adentrar ao debate existente acerca de como esta política é categorizada e, para tanto, faz-se necessário conhecer os principais modelos de política social que a precederam. As políticas de seguridade social no mundo foram inspiradas em dois modelos distintos. O primeiro deles foi baseado em Bismarck, considerado o precursor das políticas sociais mundiais, surgiu na Alemanha em 1883, através da garantia de seguro de saúde, acidentes, aposentadoria e invalidez. E o segundo foi o modelo beveridgiano, que emergiu na Inglaterra em 1942, com uma proposta universalizante de seguro social. Esta foi mais tarde adotada pelas Nações Unidas como parte dos direitos humanos básicos, e culminou na criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 (ZIMMERMANN, 2005).

Esses dois modelos se diferenciam pela forma de financiamento e contribuição. Segundo o autor supracitado, o modelo bismarckiano é caracterizado pela contribuição individual como critério de acesso ao benefício. Já o modelo beveridgiano é marcado pelo seu caráter universal, pois não exige contribuição individual prévia como condição de acesso ao benefício, de modo que o financiamento do programa fica a cargo do Estado.

A partir da metade do século XX, inúmeros países começaram a enfrentar problemas de financiamento previdenciário. Para Zimmermann (2005), em virtude disso, dificilmente serão encontrados casos estritamente clássicos de um modelo puro. Inclusive alguns países com inspiração beveridgiana acabaram por introduzir sistemas de contribuições complementares, baseados no modelo bismarckiano, que combinam contribuição individual com garantias universais, valorizando as mulheres e outros grupos que não contribuíram regularmente para o sistema.

No caso do Brasil, Zimmermann (2005) identifica a existência deste modelo misto, tendo em vista que o financiamento da Previdência Social Urbana é realizado a partir das contribuições individuais, ao passo que a Previdência Social Rural aproxima-se do modelo beveridgiano universal. Nesse último caso, os beneficiários não são submetidos a contribuições prévias contanto que comprovem o exercício da atividade agrícola, cuja ratificação faz-se por meio de uma porcentagem sobre o

valor da produção comercializada, mas que não supre totalmente o teto das aposentadorias, ficando o restante do financiamento a cargo do Estado.

Contudo, segundo Boschetti (2003), não se pode argumentar que há, ou que houve no Brasil o *Welfare State* como ocorreu na Inglaterra. Para a autora, faz-se fundamental distinguir os termos *Welfare State* e Seguridade Social. Esta engloba a Previdência Social e constitui-se em um sistema de proteção social, diferentemente do *Welfare State*, que é muito mais amplo por abranger, além da seguridade social, outras políticas universais eficazes de saúde, habitação, educação e segurança. Nesse último caso, deve ficar claro que no Brasil o que se aproxima do modelo beveridgiano é a Previdência Social Rural por não exigir contribuição prévia.

Com relação à categorização da política, Castro (2011) defende a ideia de que a previdência social está contemplada dentre as políticas de seguridade social que, em conjunto, traduzem-se em políticas sociais. Esse autor, embora concorde que o termo Política Social possa ser interpretado de várias formas e que para defini-lo haja uma série de limitações e dificuldades, busca caracterizá-lo como sendo um conjunto de ações e programas do Estado. Tal conjunto é responsável por promover a oferta de bens, serviços e transferências de renda, com a finalidade de suprir as necessidades e os direitos sociais, sobretudo no que se refere à redução da pobreza e da desigualdade.

Na Constituição de 1988, o conceito de Previdência Social Rural está associado aos demais princípios de seguridade social, a exemplo da universalidade da cobertura e do atendimento, bem como da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações rurais e urbanas (DELGAGO; CASTRO, 2003). Segundo Fleury (2004), a Constituição Federal de 1988 se traduz em um modelo de seguridade social que busca romper com a estrutura restrita, antes focalizada ao mercado de trabalho formal, ao passo que gera mecanismos mais solidários e redistributivos, tendo por base os princípios de justiça social, ao estender universalmente a cobertura.

No campo da proteção social, Castro (2011) argumenta que no Brasil a Previdência Social é a política que atua há mais tempo, e pode ser vista como um sistema, devido aos seus oitenta anos de estruturação no país. Este autor argumenta ainda que a Previdência Social Rural possui um padrão distributivo o que

denota o propósito significativo do benefício em reduzir a desigualdade de renda em municípios rurais no país.

Com relação ao sistema previdenciário, segundo o Ministério da Previdência Social (MPS), no ano de 2013, o país estava aproximadamente com 2,3 mil agências de prestação de serviços previdenciários, localizadas nas diversas regiões e cobria com aposentadorias e pensões cerca de 24 milhões de beneficiados através do Regime Geral da Previdência Social – RGPS. No que tange à seguridade social rural, segundo os dados disponibilizados pelo MPS no ano de 2013, foi emitido no Brasil o valor aproximado de 70 milhões de reais englobando aposentadorias, pensões e outros benefícios garantidos pela PSR.

Em síntese, a PSR, atrelada a um conjunto de políticas sociais, cumpre um papel fundamental no enfrentamento da pobreza ao passo que assegura condições mínimas de sobrevivência à população beneficiada, atuando também como mecanismo de redistribuição de renda. Com o objetivo de verificar a implementação da PSR no Brasil, o próximo tópico irá destacar quais foram os marcos do desenvolvimento da PSR no Brasil, e sua relação com o Estado provedor de direitos sociais.

3.1 IMPLEMENTAÇÃO TARDIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO BRASIL

As Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) surgiram oficialmente no Brasil em 24 de janeiro de 1923, com a promulgação da Lei Elói Chaves (Decreto-Lei nº 4.682), que determinava a criação destas para os empregados das empresas ferroviárias existentes na época. Este Decreto-Lei foi o ponto de partida de todo o sistema previdenciário brasileiro. Entretanto, destaca-se que nesse período o número de segurados era reduzido e a administração da seguridade social ficava a cargo dos empregadores e empregados, não tendo ainda a participação do Estado (FAVONI, 2001; SCHWARZER, 2000).

De acordo com Favoni (2001) e Schwarzer (2000), a Previdência Social sofreu inúmeras transformações em sua trajetória. No final da década de 1930, foram incorporados outros segmentos aumentando substancialmente as Caixas de

Aposentadorias. Durante o Governo Vargas, as CAPs foram reestruturadas e fundidas em Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) que cobriam determinados setores de atividades como indústrias, bancos, comércios, entre outros.

Contudo, mesmo com a organização em institutos, o sistema de proteção social apresentava uma série de problemas, dentre os quais a exclusão dos trabalhadores rurais, uma vez que eles não exerciam profissão nos ramos de atividades contemplados pelos institutos existentes na época (FAVONI, 2001). Entre os motivos principais que inibiam a expansão da previdência social aos trabalhadores do campo, Schwarzer (2000) aponta os relacionados à ausência de grupos de pressão com capacidade de articulação política e vocalização, aptos a pressionarem o Estado a promover uma expansão significativa da cobertura dos programas sociais. Dentre esses, há outros motivos centrais que, no contexto histórico da política brasileira, contribuíram para que a Previdência Social Rural fosse implementada tão tardiamente no Brasil, e que serão abordados a seguir.

3.1.1 República Velha, Estado Novo e o Período de Redemocratização

A herança política da República Velha, assim como as mudanças institucionais promovidas pelo Estado Novo, e o processo de redemocratização merecem destaque, pois são períodos que marcam a trajetória do sistema político do país, contemplando o cenário no qual os direitos rurais estiveram à margem. Portanto, aqui pretende-se trabalhar brevemente cada um desses contextos, a fim de entender o porquê da implementação tardia da Previdência Social Rural no Brasil.

Primeiramente, aborda-se o período que corresponde à República Velha – ou Primeira República, que se estende da proclamação da República em 1889 até 1930 – mais precisamente, o coronelismo. Este foi, segundo Leal (1975), um sistema político historicamente datado, cuja essência consistia em um compromisso: por parte dos chefes locais, em dar apoio incondicional aos candidatos nas eleições

estaduais e federais, na forma de voto; e à parte estadual, cabia dar “carta branca” ao chefe local com relação aos assuntos relativos ao município.

Esse sistema político de reciprocidade trouxe sérias implicações aos trabalhadores rurais que, sob a tutela absoluta dos coronéis, ficavam impedidos de criar qualquer organização ou movimento de reivindicação capaz de colocar em risco o domínio dos senhores de terra. Tal procedimento, no qual as relações interpessoais sobressaíam-se às orientações universalistas e ideológicas, forneceu as bases para que a legislação trabalhista chegasse tão tardiamente ao campo. O interesse oligárquico – que impedia a criação permanente de um bem coletivo – permeou séculos, estando representado no poder do Estado de forma incontestável, seja pela população rural cooptada pela subordinação, ou pelo governo imerso no sistema de reciprocidade (LEAL, 1975).

Nesse cenário, marcado por um contexto rural decadente, quem ficava à margem do compromisso eram os eleitores da roça, o trabalhador e o lavrador. Esses, segundo Soares (1976, p. 36), em situação de extrema pobreza e ignorância, submetiam-se à soberania do seu senhor, e obedeciam “à orientação de quem tudo lhe paga para praticar um ato que lhe é completamente indiferente”. À época, em que a maior parte do eleitorado era rural, enxergava-se o reflexo político dessa estrutura agrária no âmbito das oligarquias municipais, cujo marco foi a extensa exclusão dos direitos políticos e sociais.

A herança da República Velha fora, portanto, uma política tradicionalista, conforme Soares (2001), marcada por uma ampla orientação de valores particularistas. O que junto ao analfabetismo generalizado, à falta de participação social e política, e à submissão quase completa dos lavradores, em contraste com uma pequena e refinada aristocracia dominante, contribui para explicar o atraso da organização social no campo por parte dos trabalhadores.

O coronelismo enfraqueceu a partir de 1937 com o início do Estado Novo, em detrimento de novos fenômenos como o nacionalismo, a industrialização, a urbanização, e a proletarização. Tais fenômenos repercutiram na massificação dos indivíduos frente à perda de representatividade da antiga classe dirigente (oligarquias agrárias). Para Weffort (1978), o novo cenário marcado pelo crescimento das grandes cidades teve como impulso determinante as correntes migratórias e as péssimas condições da vida rural. No caso brasileiro, Cardoso

(2010) destaca que as massas vindas do campo viam a cidade como um destino irresistível, pois buscavam inclusão nos direitos sociais inexistentes no campo.

Nessa época, de emergência das classes populares, no âmbito da urbanização e industrialização, com o aumento da demanda por direitos sociais, desenvolveu-se, segundo Cardoso (2010), a legislação trabalhista nos setores urbanos. Ela foi resultante fundamentalmente da pressão que as massas populares urbanas exerceram sobre o Estado. Percebe-se com isso que, no contexto do Estado Novo, o Estado viu-se pressionado a criar uma burocracia estatal responsável pela implementação da consolidação dos direitos trabalhistas e sociais urbanos. Dentre esses, Saes (2001) ressalta a relevância da codificação das leis trabalhistas e sociais na CLT e a criação efetiva do salário mínimo. Neste âmbito, identifica-se uma atitude pragmática do Estado como provedor de direitos sociais, frente à sua autonomia capaz de responder às demandas emergentes das classes populares.

Em contrapartida, Cardoso (2010) atenta para o fato de que o Estado implementou determinados direitos sociais, sem preocupar-se em estender os benefícios da lei ao meio rural, sobretudo sem interferir nas demandas dos grandes proprietários de terra. Conforme descreve Soares (1976), o Estado exerceu um papel fundamental, ao contribuir para a preservação das relações sociais de produção na agricultura, promovendo uma legislação trabalhista para agricultura e outra para os setores urbanos. Os benefícios da segunda eram muito mais extensos que os da primeira, criando barreiras à organização da classe camponesa, e interferindo diretamente com forças coercitivas em caso de conflitos.

Adentrando a esse debate, Draibe (1985) revela que o Estado Novo caracterizou-se por uma forte instabilidade de coalizões política, “marcadas pela heterogeneidade de interesses em um processo de grande diferenciação e desequilíbrio crescente” (p 23). Neste aspecto, para a autora, o Estado era dotado de uma autonomia considerável que, fundada na incapacidade hegemônica das classes sociais, exerceu sua capacidade regulatória e intervencionista:

É nesse campo instável de relações que se funda, a meu ver, a *autonomia do Estado*. Uma autonomia que não era nem plena nem absoluta: enraizava-se numa multiplicidade de forças políticas heterogêneas, mas que tinham um sentido social e expressavam relações de poder definidas na política. Assim a heterogeneidade e a incapacidade hegemônica das

classes sociais fundaram a *autonomia do Estado*. (DRAIBE, 1985, p. 43).

Contudo, a autora supracitada sinaliza que, embora, nesse período, questões sociais tenham sido objeto de políticas de caráter nacional, ainda assim elas não corresponderam com devido êxito às demandas dos setores assalariados urbanos, “muito menos às necessidade das massas rurais, abandonadas à própria sorte”. (DRAIBE, 1985, p. 80)

O que se infere desse debate, conforme destaca Gomes (2005), é que houve um forte desequilíbrio entre ruralismo e urbanismo. Para a autora, a não aplicação da legislação social ao campo era identificada como uma das principais causas do êxodo rural. “Sem educação e saúde, sem transporte e crédito, sem possibilidade de uma atividade rendosa, acabavam ficando no campo apenas aqueles que não conseguiam migrar” (GOMES, 2005 p. 262). Ademais, Cardoso (2010) corrobora com a autora ao sinalizar que era a cidadania social e política a grande promotora do êxodo rural.

De modo geral, o quadro político que surgiu na década de 1930 finda em 1945 com a deposição de Vargas, que marcou uma mudança considerável ao remover o presidente e sua equipe do poder federal e estadual. Contudo, tal mudança pouco modificou as bases do sistema político nos estados, e menos ainda nos municípios. De acordo com Soares (2001), a redemocratização fora marcada pela presença de quatro principais partidos, cujas bases de formação exerceram influência na luta pela implementação dos direitos trabalhistas no campo: o PCB (Partido Comunista Brasileiro), o PSD (Partido Social Democrático), situacionismo da época, que tinha por oposição principal a UDN (União Democrática Nacional), e por fim, havia o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

Conforme ressalta Soares (2001), embora o PCB fosse o partido mais antigo, em 1945 a dominação dos partidos conservadores – PSD e UDN – era quase absoluta, o que remeteu fortemente ao atraso da extensão dos direitos trabalhistas ao meio rural, sendo essa uma decisão impossível tanto no Câmara quanto no Senado. O autor também pontua que tal dominação era garantida pelos próprios eleitores rurais, que forneciam grande parte dos sufrágios dados aos partidos conservadores, uma vez que poucos deles conseguiam resistir à tutela política ainda exercida pelas oligarquias locais.

No plano das eleições municipais, Soares (2001) ressalta que o poder das elites ainda era predominante, ao passo que a política tinha um fundamento sólido na propriedade da terra. O que explica a ocupação dos grandes proprietários rurais na maioria das Interventorias, representadas em sua maior parte pelo PSD - composto em boa parte por uma base rural, sob o domínio dos proprietários de terra – e pela UDN – marcada pela ausência de setores populares, pela predominância do bacharelismo, reacionarismo, anticomunismo, moralismo e antiestatismo.

O papel da industrialização também contemplou este cenário, uma vez que ela criou como nova força o operariado, cuja organização passou a demandar políticas nacionais que favoreciam muito mais os interesses industriais do que os da agricultura e da pecuária. Ademais, em 1945 enquanto o PSD e UDN possuíam uma organização montada, o PTB estava em formação vivendo contínuas mudanças.

Posto isso, fica claro o porquê da implementação tardia dos direitos trabalhistas no campo. Soares (2001) contribui com essa explicação ao revelar que a oligarquia não foi somente um sistema político de dominação, pois foi e é um fenômeno estrutural que se apoia em uma infraestrutura socioeconômica particular. Nesse cenário PSD e UDN se mantiveram no poder com a força de estados marcados fortemente pelo analfabetismo, quase que exclusivamente rural, e com baixa renda per capita. Cumpre destacar que, embora PTB e PCB fizessem frente de oposições ao PSD e UDN, sua penetração no meio rural era muito limitada.

Contudo, na contramão da dominação política da UDN e do PSD, a organização social dos trabalhadores rurais, neste período de redemocratização, imprime na história a formação de movimentos que muito contribuíram para a conquista dos direitos trabalhistas no campo, a exemplo das ligas camponesas e dos sindicatos rurais. Vinhas (2011) acrescenta ao debate as greves como outra faceta da luta e informa também que no período de 1961 a 1963 contaram-se muitas delas no Brasil, com destaque para a grande greve geral dos assalariados agrícolas de Pernambuco no findar de 1963. Tal autor revela também que em fins de 1964 havia aproximadamente dois mil sindicatos rurais no Brasil, dezenas de federações, além da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) – organização legalizada que representava mais de 5 milhões de trabalhadores agrícolas.

Esse quadro é rompido no início da ditadura militar em 1964, com a extinção de todas as ligas criadas até então pois, aos olhos dos novos governantes do país,

eram politizadas e independentes do controle do aparato estatal. Contudo, sobreviveu à ditadura a Contag que, segundo Barbosa (2008), exerceu importante papel durante os anos 1970 e 1980 nos processos sociais que originaram a perspectiva previdenciária rural implementada na Constituição de 1988.

Em suma, esse resgate histórico mostra que no decorrer deste período (República Velha, Estado Novo e o Período de Redemocratização) os trabalhadores rurais foram alijados dos benefícios conquistados pelos trabalhadores urbanos – seja devido à pressão dos interesses agrários ou em função dos interesses industriais urbanos. Dessa forma, os trabalhadores rurais que não migravam para as cidades ficavam dependentes da proteção social e econômica de seus patrões ou do poder político local. O empobrecimento frente à vida econômica ativa não permitia o acúmulo para a aposentadoria. O resultado era uma permanente vida de trabalho mesmo em idade avançada, quando alcançada. Esse quadro, que fortalecia as relações econômicas e políticas de dependência, contribuiu para a implementação tardia dos direitos previdenciários rurais.

Estando claros alguns dos motivos centrais que, no contexto histórico da política brasileira, contribuíram para que a PSR fosse implementada tão tardiamente no Brasil, a seguir, adentra-se ao cenário no qual a política se consolidou no país.

3.1.2 Implementação da Previdência Social Rural no Brasil

Conforme visto, a situação trabalhista no campo somente começou a se modificar em meados da década de 1960. De acordo com Schwarzer (2000) um marco relevante nessa trajetória foi a aprovação da Lei Complementar nº 11 em 1971, criando aposentadorias e pensões para trabalhadores que faziam parte do regime de economia familiar rural. Esta lei implantou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - PRORURAL, cuja administração ficou a cargo do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL que regulamentou a extensão dos direitos previdenciários ao campo e levou a uma ruptura com os termos do princípio contributivo bismarckiano, devido à não exigência de

contribuição prévia para aqueles que efetivamente comprovassem o exercício da atividade agrícola.

No que diz respeito às mulheres, é fundamental expor que nem sempre as atividades desenvolvidas por elas em contextos rurais foram reconhecidas como trabalho passível de remuneração e de direitos trabalhista-previdenciários (aposentadoria por idade, salário-maternidade, auxílio-doença, entre outros). No artigo “Previdência social rural e gênero”, Brumer (2002) trata das principais transformações da previdência social rural no Brasil e da inclusão das mulheres trabalhadoras rurais como beneficiárias. Segundo a autora, a inclusão dos trabalhadores rurais como beneficiários da previdência foi tardia e, no caso das mulheres, foi ainda mais.

Em sua trajetória, de acordo com Delgado e Cardoso Jr. (1999), a PSR entra em uma nova fase com a redemocratização do país e com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Entretanto, as mudanças inseridas nesta constituição foram inauguradas de fato só em 1992, com a aplicação de duas leis complementares, Plano de Custeio e Plano de benefício da Previdência (Leis Nº 8.212 e 8.213, de 24 de junho de 1991). Estas se traduziram na aplicação das seguintes ações: equiparação do acesso ao benefício para homens e mulheres; redução da idade mínima para aposentadoria (60 anos para os homens e 55 para mulheres); e o piso de um salário mínimo para aposentadorias e pensões (superando o meio salário mínimo vigente anteriormente).

Com a efetivação dessas medidas complementares de 1992-1995, o número de cobertura do sistema sobre os residentes rurais aumentou substancialmente. Schneider (2010) acrescenta que, na década de 1990, as organizações e movimentos sociais que haviam sido extintos durante a ditadura retornam ao cenário político, contudo ambas reaparecem com seu escopo alterado, pois deixaram de ser meramente reivindicativos e contestatórios, passando também a serem proativos e propositivos.

Segundo Delgado e Cardoso Jr. (1999), tais leis complementares partiram de uma alteração conceitual profunda para a universalização do programa previdenciário rural brasileiro. O sistema de atendimento ao trabalhador informal e à agricultura familiar chegou ao campo remetido no texto da Constituição Federal de 1988 (art. 194, § 8º) ao conceito genérico de regime de economia familiar. E em 20

de junho de 2008 foi criada a Lei Nº 11.718, complementar às Leis Nº 8.212 e 8.213, que considera regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência, ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes⁵.

Nesse âmbito, inserem-se as contribuições de Schneider (2010), quando revela que as políticas de desenvolvimento rural, bem como as mudanças institucionais que permearam tais políticas foram consideravelmente delineadas a partir da evolução do conceito de rural. Isso se confirma quando a emergência da agricultura familiar, como categoria associada ao movimento dos trabalhadores rurais na década de 1990, exerce influência direta na criação de novas políticas para o campo, dentre elas, a Previdência Social Rural. Com relação à evolução do conceito de rural, o autor salienta que:

[...] foi fortemente influenciado pelas transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques analíticos dos próprios estudiosos e analistas. Foram estas mudanças gerais que influenciaram as discussões específicas sobre o tema do desenvolvimento rural, desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo à ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros. (SCHNEIDER, 2010, p.512).

Essa concepção de rural não será aprofundada aqui, mas pode ser identificada em Abramovay (2003), Veiga (2002), Wanderley (2001), Carneiro (2008) e Schneider (2010). Tais autores entendem o rural como um processo amplo, dinâmico, que envolve pluralidade, combinando atividades agrícolas e não agrícolas, que levam à inter-relação contínua entre as noções de rural e urbano. O que demonstra, sobretudo, a impossibilidade de se limitar o rural a um conceito breve e sintético.

⁵ A lei complementar nº 11.718 estabelece que o segurado especial é a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, seja produtor, proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais. A mesma lei requer que o segurado especial explore atividade: agropecuária em área de até 4 módulos fiscais; de seringueiro, extrativista vegetal, pescador artesanal ou a este assemelhado, e que faça dessas atividades o principal meio de vida. Também são considerados segurados especiais segundo a lei o cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a este equiparado, que comprovadamente trabalhem com o grupo familiar respectivo.

Para além da evolução do conceito de rural, vale ressaltar que a PSR se consolidou na década de 1990 na contramão das demais políticas sociais. Tendo em vista que nesse período se viveu – no Brasil e em outros países da América Latina – o processo de focalização das políticas sociais frente ao regime neoliberal que, segundo Simionatto (1997), impôs a supressão das funções clássicas do Estado sobre a economia. De acordo com a autora, as mudanças forjadas nesse período produziram a redução e/ou perda de diversos direitos sociais conquistados em termos de cidadania nas formas organizativas tradicionais da sociedade civil.

A PSR emergiu dessa concepção Beveridgiana, não somente frente à transformação das políticas sociais no Brasil, mas em um momento em que as aposentadorias e pensões foram varridas na América Latina. Esping-Andersen (2003) destaca que o que ocorreu foi uma onda reformista de privatizações de componentes centrais do Estado referentes ao bem-estar. Frente a tal cenário, Schwarzer (2000) corrobora com os autores acima quando afirma que o Brasil é um caso peculiar com relação ao panorama internacional pois, apesar de possuir um regime previdenciário urbano contributivo, apresenta no meio rural uma aposentadoria básica. Esse autor salienta que, no âmbito rural, a previdência pode ser vista como universal e não como assistencial, uma vez que o direito ao acesso não se restringe ao grau de necessidade, mas à circunstância de o beneficiário ter sido um trabalhador rural.

Em suma, em meio a um cenário marcado pela incontestável soberania das oligarquias, pela desigualdade extrema entre ruralismo e urbanismo, e pelo domínio político de partidos conservadores, o que se verificou não foi apenas uma população analfabeta, submissa e que esteve totalmente à margem dos direitos sociais, mas também um contingente de trabalhadores que se insere na luta política e, com êxito, contribui para a posterior consolidação da legislação trabalhista no campo. Além disso, acrescenta-se a essa conquista a evolução do conceito de rural, que se inseriu no âmbito das políticas públicas, influenciando seu processo de elaboração e de implementação.

Cumpra também remeter ao Estado destaque no processo de implementação e consolidação da PSR no Brasil. Conforme salienta Draibe (1985, p. 43), a autonomia particular de que goza o Estado em condições específicas se manifesta exatamente na sua capacidade de resposta às demandas sociais: “nas

suas funções de árbitro, de regulador de relações, o Estado eleva-se acima dos interesses imediatos e reafirma sua relativa independência, legitimando seu poder ao dar caráter geral e universal a suas políticas.”

De acordo com Skocpol (1985), o potencial de autonomia do Estado sofre alterações e muda com o tempo. Nesse sentido, a autora acrescenta que a capacidade de intervenção de um Estado está relacionada com a sua autonomia na formulação de objetivos, o que pressupõe a existência de meios necessários eficazes para executá-los. Dessa forma, as contribuições da autora suscitam a hipótese de que um dos fatores que contribuíram para que a PSR fosse tardiamente implementada no Brasil esteve relacionado à questão da autonomia do Estado pois, quando foi instituída a previdência urbana, ele foi incapaz de estender o benefício aos trabalhadores rurais, tendo em vista que seria necessário ir contra uma diversidade de interesses.

Conforme visto até aqui, é preciso considerar que embora a PSR tenha sido implementada com atraso no Brasil, e na contramão do contexto internacional, a política possui um desempenho único no que tange à realidade rural brasileira, sobretudo por se constituir em um mecanismo que amplia direitos. Dessa forma, a seguir adentra-se ao debate acerca das contribuições que a PSR trouxe para a vida dos beneficiários, incluindo os idosos e seus familiares, uma vez que a institucionalização desta política promoveu um conjunto de melhorias para o contingente rural como um todo.

3.2 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO BRASIL

Embora tenha sido efetivada com atraso, a PSR trouxe uma série de mudanças em termos quantitativos e qualitativos à realidade de vida dos beneficiados, ao papel do idoso no ambiente familiar, bem como aos aspectos socioeconômicos relacionados aos municípios rurais em todo o país ao ser instituída no Brasil.

Uma busca precisa, através das palavras-chave *Previdência Social Rural* e *Social Rural Security*, realizada nas principais bases de periódicos científicos - Dialnet⁶, Scielo⁷, Redalyc⁸, DOAJ⁹, ICAP¹⁰, Google Acadêmico¹¹, Banco de Periódicos CAPES¹², e Web of Science¹³ - revelou a publicação de 23 artigos cuja abordagem centra-se nos impactos positivos da PSR na vida dos idosos do campo ou nos municípios rurais. Ademais, foi possível encontrar também no Banco de Teses da CAPES, no período de 1987-2013, um total de 21 trabalhos, sendo quatro teses e 17 dissertações, que abordam a inserção da PSR na vida do idoso do campo.

De modo geral, esses estudos identificados demonstram a contribuição da PSR para diversas regiões, áreas e níveis de agregação: i) na composição da renda das famílias, ao possibilitar a redução da pobreza no meio rural por meio da redistribuição de renda; ii) na aquisição de medicamentos e no acesso aos serviços privados de saúde; iii) no sustento de filhos e netos desempregados ou subempregados; iv) ao permitir melhorias nas moradias; v) ao ser empregada como seguro agrícola nas pequenas propriedades; vi) e ao se traduzir, em muitos casos, em uma das principais fontes de receitas para os municípios.

Demais publicações relevantes e ricas em dados informativos sobre a PSR - Delgado e Cardoso Jr. (1999); Beltrão, Oliveira e Pinheiro (2000); Beltrão, Camarano e Mello (2005); Schwarzer e Querino (2002); Castro (2011) – estão presentes nos estudos realizados pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Esses autores destacam a PSR como política universal e revelam a importância dessa renda para as famílias rurais, sobretudo quando os idosos passam de assistidos para assistentes. Tais autores também evidenciam que a PSR cumpre um papel fundamental no enfrentamento da pobreza, ao passo que assegura condições

⁶ Fundação Dialnet, disponível em <http://dialnet.unirioja.es/>

⁷ Scientific Electronic Library Online, disponível em <http://www.scielo.org>

⁸ Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal, disponível em <http://www.redalyc.org/home.oa>

⁹ Directory of Open Access Journals, disponível em <http://www.doaj.org/>

¹⁰ Indexação compartilhada de artigos de periódicos, disponível em <http://www.pergamum.pucpr.br/icap/>

¹¹ Disponível em <http://scholar.google.com.br/>

¹² Disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br>

¹³ Disponível em <http://apps.webofknowledge.com/>

mínimas de sobrevivência à população beneficiada contribuindo para a redução da desigualdade de renda no país.

Além de contribuir para a distribuição da renda, Castro (2011) revela que as políticas sociais de modo geral podem promover crescimento econômico, uma vez que grande parte dos gastos sociais do governo beneficiam as pessoas mais empobrecidas. Isso faz com que uma quantia significativa desse valor permaneça no país, tendo em vista que este estrato da sociedade é o que tem maior propensão a consumir produtos nacionais. Com isso, há um aumento na geração de emprego e renda, no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), bem como na renda das famílias.

Dessa maneira, Augusto e Ribeiro (2005) afirmam que o valor mínimo pago pelo benefício previdenciário – e nesse caso especialmente a aposentadoria rural – dinamiza a economia local dos pequenos municípios, sobretudo de regiões pobres, pois esta renda é gasta totalmente nos comércios locais, proporcionando aumento do emprego, dos estabelecimentos, e maior movimentação financeira, devido ao pagamento mensal do benefício. Os autores também destacam o forte impacto da PSR na melhoria das condições de vida dos aposentados e de seus familiares.

No que tange ao impacto da PSR nos pequenos municípios rurais, Guimarães e Santos (2008) também tecem considerações relevantes ao pesquisarem o município de Ferros, em Minas Gerais. Os autores identificaram que a PSR exerce importância predominante na economia local, uma vez que os valores pagos mensalmente pela previdência superam as demais rendas locais. Além disso, eles acrescentam que o desenvolvimento econômico e social da região é fomentado pela renda dos aposentados e pensionistas da previdência, que garante inclusive a subsistência do comércio local.

Através de uma pesquisa realizada no município de Remígio na Paraíba, Albuquerque, Lobo e Raymundo (1999) também revelam a importância da PSR para os pequenos municípios. Os autores apontam que, no município investigado, as transferências de renda pela PSR superaram o repasse referente ao Fundo de Participação do Município (FPM) e ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Considerando isso, afirmam que o mundo rural deixou de ter como principal fonte de renda as receitas agrárias, de modo que o comércio, as pequenas indústrias, os serviços e as aposentadorias constituem os

principais vetores de recursos para os pequenos municípios brasileiros. Tais autores acrescentam ainda que, nas pequenas cidades, é a renda dos aposentados que sustenta a maioria das atividades em seu comércio.

As mudanças realizadas pela PSR são também identificadas por Sugamoto (2007), no município de Colombo – PR, onde a autora identifica a importância do benefício previdenciário para manutenção das famílias e da agricultura familiar. A autora revela que a PSR é responsável pela melhoria das condições de sobrevivência da população, e que em muitos casos a renda se traduz em financiamento e insumos para manutenção da atividade produtiva.

Delgado e Cardoso Jr (1999) afirmam que a PSR permite a valorização do idoso no espaço familiar, uma vez que há uma inversão dos papéis, de assistidos para assistentes, quando a renda da aposentadoria é destinada, sobretudo, à subsistência do grupo familiar. Também Albuquerque, Lobo e Raymundo (1999) revelam que o benefício da aposentadoria deu à família rural estabilidade e credibilidade econômica mínima, o que mudou o quadro de relações estabelecidas no contexto familiar e também social. Os autores salientam que, com a promulgação da PSR, o idoso passa a ser visto de outra forma por seus filhos, noras e netos, pois deixa de ser uma despesa para a família passando em muitos casos a ser a fonte da única garantia de ingresso regular de renda destinada, sobretudo, à compra de gêneros alimentícios.

Para finalizar, Sugamoto (2007) ressalta que a PSR não está associada à improdutividade do aposentado, mas se traduz em um direito e em uma estratégia de sobrevivência. Embora o montante recebido de um salário mínimo represente um baixo valor, o benefício previdenciário tem contribuído de forma significativa para melhoria e manutenção das condições de sobrevivência dos idosos beneficiários, bem como de seus familiares.

Em suma, com base nos autores acima referenciados, assume-se que a PSR desempenha um papel extremamente importante do ponto de vista social e econômico no Brasil, tendo em vista o público que o programa atinge, tanto no que tange à manutenção das famílias no campo, como ao montante de recursos que adiciona à economia dos municípios. A seguir, a partir da revisão da literatura, construiu-se o (QUADRO 1) sintetizando os principais fatores impactados pela PSR no Brasil:

MELHORIA NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS APOSENTADOS	INSERÇÃO NA DINÂMICA LOCAL DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS
Promove a valorização do idoso no espaço familiar, assegurando-lhe autonomia e independência	Em alguns casos, se traduz na principal fonte de receitas para os municípios
Possibilita o sustento de filhos e netos desempregados ou subempregados	Contribui para a movimentação do comércio local
Possibilita melhoria nas condições de moradias	Promove aumento do emprego
Proporciona aquisição de medicamentos	Promove crescimento econômico
Proporciona acesso aos serviços privados de saúde	Contribui para redução da pobreza no meio rural
Traduz-se em seguro agrícola nas pequenas propriedades rurais	Contribui para redução na desigualdade de renda.

QUADRO 1 - PRINCIPAIS FATORES IMPACTADOS PELA PSR NO BRASIL

FONTE: O autor (2015)

É provável que se identifique para a região da AMREC a internalização da PSR nos fatores acima descritos no (QUADRO 1). Após a abordagem dos principais eixos teóricos que norteiam a presente pesquisa, a seguir adentra-se aos aspectos metodológicos e aos resultados da pesquisa.

4. A INTERNALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NA VIDA DOS IDOSOS

Neste capítulo são apresentados os resultados da presente pesquisa. Inicialmente, adentra-se aos procedimentos metodológicos, seguidos pelas informações demográficas da região da AMREC, com vistas a mostrar o público atingido pela Previdência Social Rural. Na sequência, frente ao objetivo de se analisar a internalização da PSR na vida dos idosos, dividiu-se a apresentação das informações coletadas na pesquisa de campo em três eixos de análise. Primeiramente são apresentadas as informações pessoais dos idosos. Após, adentra-se às observações sobre a atividade produtiva e renda dos idosos. Em seguida, é abordada a relação entre PSR, consumo e autonomia dos idosos. E, por último, estão as considerações finais acerca do que foi observado.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de se analisar a internalização da PSR na vida dos idosos residentes nos municípios pertencentes à região da AMREC, dividiu-se o estudo em três objetivos específicos. O primeiro centra-se em analisar a inserção da PSR nos municípios pertencentes à região. O segundo consiste em verificar qual a contribuição da PSR para manutenção dos idosos no campo em municípios pertencentes à região. E, por fim, almeja-se mostrar como a PSR se efetiva na vida dos idosos – no que tange à atividade produtiva, gastos com medicamentos, consumo, entretenimento, dentre outros aspectos.

Para contemplar o primeiro objetivo, realizou-se um levantamento de dados abrangendo variáveis demográficas dos municípios em estudo. Tais informações foram coletadas através do Censo do IBGE, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e do site da AMREC¹⁴. Outro levantamento paralelo foi feito junto ao Ministério da Previdência Social (MPS), e à Dataprev – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – cujos anuários e bancos estatísticos forneceram um mapeamento do valor e da quantidade de benefícios

¹⁴ <http://www.amrec.com.br/municipios/>

emitidos para cada município investigado. Nesse último, a abordagem de análise foi quantitativa.

A fim de alcançar os demais objetivos, realizou-se um estudo de caso para obter uma visão acerca de como a PSR é internalizada na vida dos idosos. Segundo Chizzotti (1991), um estudo de caso se traduz em uma busca profunda de poucos objetos e é tomado como unidade significativa do todo, capaz de fundamentar um julgamento fidedigno sobre o problema investigado, bem como de retratar uma realidade revelando a multiplicidade de aspectos globais presentes em uma dada situação.

Essa parte do estudo foi complementada por uma pesquisa descritiva, uma vez que se almejou investigar a população idosa beneficiada pela PSR em municípios da AMREC, atentando para inserção da política em suas vidas. Como expressa Gil (2002), uma pesquisa descritiva deve ser feita quando se pretende apresentar as características de determinada população, bem como levantar atividades e opiniões.

Para realização do estudo de caso e da pesquisa descritiva, a técnica empregada foi a realização de entrevistas de roteiro semi-estruturado com a população beneficiada, cuja amostra foi definida por acessibilidade e delimitada pela saturação das informações. Segundo Gil (1999), esse recorte consiste na suspensão de inclusão de novos participantes quando as informações obtidas tornam-se repetitivas. Aqui, a abordagem de análise foi qualitativa.

Foram entrevistados trinta aposentados rurais, respeitando-se o limite da amostra, pela saturação das informações: dezessete entrevistas foram realizadas no município de Forquilha, em meio às tardes de confraternizações do Clube dos Idosos; cinco entrevistas foram realizadas em domicílios no município de Nova Veneza; e, por fim, oito entrevistas foram realizadas no município de Treviso, em uma tarde de confraternização do Clube de Mães do referido município.

Foram realizadas também duas entrevistas com representantes locais, contemplando o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Forquilha, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Içara. O total de tempo de gravação, abrangendo todas as entrevistas, foi de aproximadamente cinco horas e meia. O roteiro que norteou as entrevistas encontra-se disponível nos apêndices.

Por fim, com relação à escolha dos municípios – Forquilha, Içara, Nova

Veneza e Treviso – é preciso salientar que ela foi definida com base no critério de acessibilidade, o que se aplica também à busca pelos Clubes dos Idosos e Clube de Mães. Além do critério proposto, a escolha pelos clubes se deve também à representatividade da população local, uma vez que nos referidos municípios há uma participação considerável de aposentados nas atividades propostas pelos clubes.

Tendo em vista que essa não é uma pesquisa estatística, entende-se que os municípios escolhidos são representativos, pois o objetivo consiste em uma análise singular sobre a internalização da PSR na vida dos idosos. Contudo, tem-se conhecimento acerca das limitações que implica uma amostra por acessibilidade. Desse modo, reconhece-se que, caso fossem entrevistados outros idosos, não integrantes dos clubes, ou residentes em outros municípios, os resultados poderiam sofrer alterações devido à mudança na amostra.

A seguir adentra-se à análise dos resultados da presente pesquisa.

4.2 UNIVERSO ANALÍTICO: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA

Conforme já mencionado na introdução AMREC é composta por doze municípios contemplados na (FIGURA 2): Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga. Contudo, Balneário Rincão não será abordado neste estudo, tendo em vista que sua emancipação ocorreu em janeiro de 2013 e, por isso, não consta no censo do IBGE nem mesmo nos anuários estatísticos da Dataprev. Embora a pesquisa de campo tenha contemplado apenas quatro municípios, pretende-se aqui apresentar os aspectos demográficos de toda a região com vistas a mostrar o público atingido pela Previdência Social Rural.



FIGURA 2 - MUNICÍPIOS PERTENCENTES À REGIÃO DA AMREC – SC
 FONTE: AMREC (2014)

Inicialmente são apresentadas informações referentes à dinâmica populacional e à inserção da PSR nos municípios pertencentes à AMREC. Essas são fornecidas pelo Censo do IBGE de 2000 e 2010 e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Na sequência, adentra-se aos dados coletados junto ao Ministério da Previdência Social (MPS), e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), os quais informam o valor e a quantidade de benefícios emitidos para cada município da região no ano de 2013.

4.2.1 Dinâmica populacional na AMREC

Segundo o último censo divulgado pelo IBGE em 2010, a AMREC apresentou uma população total de 390.791 habitantes, sendo 51% mulheres. Quando comparado com o censo anterior, verifica-se que, num período de dez anos, a região obteve um aumento populacional de 12% visto que em 2000 a população era de 344.7780 habitantes, conforme ilustra o (GRÁFICO 1):

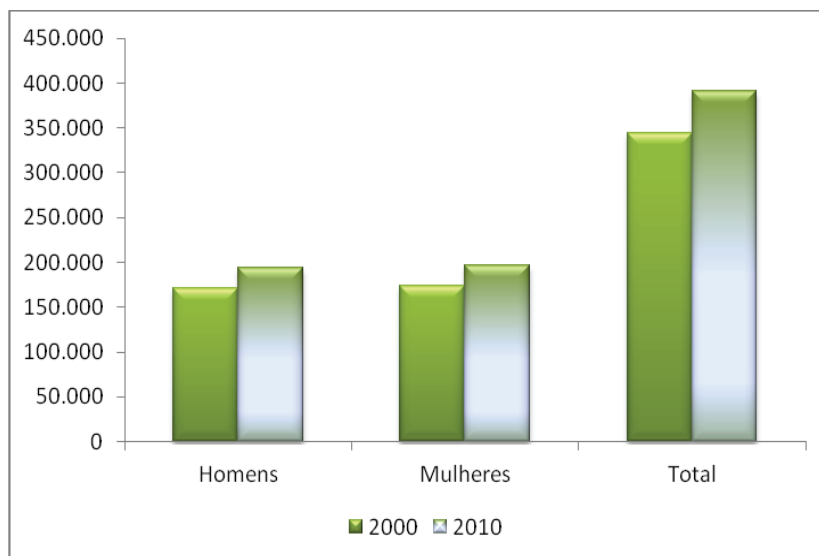


GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO TOTAL DA AMREC

Fonte: censo 2000 e 2010 IBGE

Elaboração própria

Contudo, quando se analisa apenas a população rural da AMREC, verifica-se que no período de 2000 a 2010 houve uma redução de 33%, visto que em 2000 o número de habitantes rurais era 63.792 passando para 42.857 em 2010. Evidencia-se ainda que, em contraposição à população total, no meio rural, a população masculina se sobressai à feminina com uma representatividade de 52%, conforme ilustra o (GRÁFICO 2). Esse fenômeno, conhecido como masculinização do campo, foi identificado também por Froehlich et al (2011), em um estudo efetuado em municípios do Rio Grande do Sul. E, no que tange ao êxodo rural, este foi problematizado por Silvestro (2001) e Stropasolas (2006) em outras regiões do Estado de Santa Catarina, e também por Coradini (2008) que identificou o êxodo rural juvenil no Rio Grande do Sul.

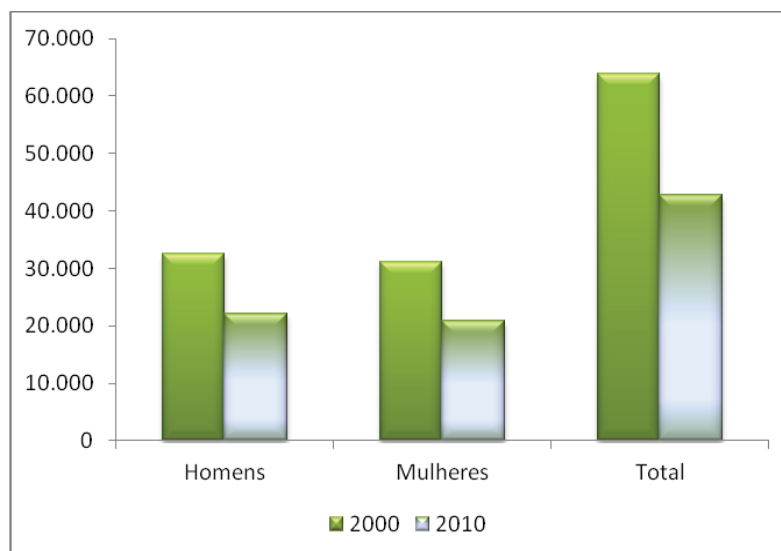


GRÁFICO 2 - POPULAÇÃO RURAL DA AMREC

Fonte: censo 2000 e 2010 IBGE

Elaboração própria

Entretanto, além da problemática do êxodo rural e da masculinização do campo, os dados do censo permitem identificar um terceiro fenômeno que é o do envelhecimento do campo. Na AMREC, no ano 2000, a população com idade de aposentadoria rural (mulheres acima de 55 anos e homens acima de 60 anos) totalizava 6.455 habitantes; em 2010, o número caiu para 6.407. Ou seja, enquanto a população rural total reduziu 33%, o número de potenciais aposentados rurais reduziu apenas 0,75%, o que remete a concluir que a população idosa está permanecendo no meio rural e que possivelmente o êxodo é um fenômeno juvenil.

Essa mesma análise, quando realizada em nível nacional, corrobora com a realidade da AMREC. Segundo dados do censo, no Brasil pôde-se observar que entre 2000 e 2010 houve uma redução de 14% dos residentes rurais com até 39 anos de idade, tendo em vista que em 2000 havia 23.800.754 habitantes e esse número caiu para 20.407.099 em 2010, o que evidencia novamente a questão do êxodo rural. Entretanto, quando se analisa a população rural de mulheres entre 40 e 54 anos, e homens de 40 a 59 anos, verifica-se um aumento de 4% para o referido período. E, no que diz respeito aos potenciais aposentados rurais, entre 2000 e 2010 houve um aumento de 19% de mulheres acima de 50 anos, e 21 % de homens acima de 60 anos.

A fim de especificar mais essa análise, o (GRÁFICO 3) ilustra a população de potenciais aposentados rurais nos municípios pertencentes à região da AMREC. É possível identificar, com exceção dos municípios de Criciúma, Içara, e Orleans que, no período de 2000 a 2010, houve um aumento de mulheres com idade acima de 55 anos e homens acima de 60 anos. Os municípios de Cocal do Sul e Urussanga são os que mais apresentam aumento dessa população, com 39% e 28% respectivamente. No primeiro caso, a referida população era contemplada por 210 habitantes em 2000 e aumentou para 343 em 2010. No segundo município, essa população era de 1.062 habitantes em 2000 e passou para 1.477 em 2010. Dentre todos os municípios da região, Urussanga apresenta o maior número de potenciais aposentados rurais.

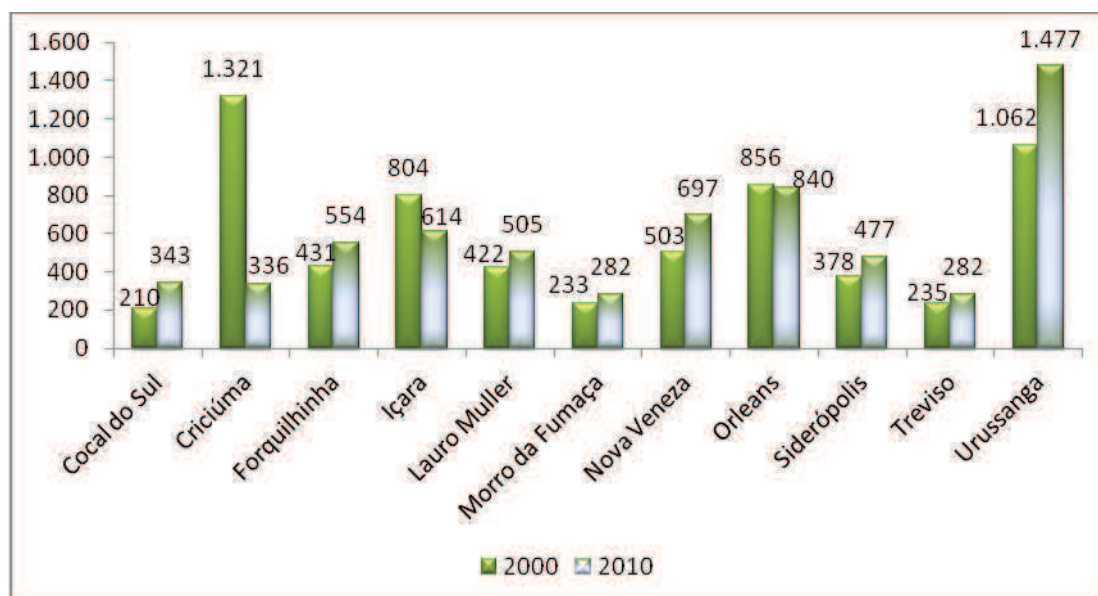


GRÁFICO 3 - POPULAÇÃO DE POTENCIAIS APOSENTADOS RURAIS DA AMREC

Fonte: censo 2000 e 2010 IBGE

Elaboração própria

No que se refere aos municípios de Criciúma e Içara, denota-se uma redução considerável de potenciais aposentados rurais no período de 2000 a 2010, de 75% e 24% respectivamente. Acredita-se que isso se deva às características dos referidos municípios: ambos possuem um desenvolvimento industrial mais avançado, cuja urbanização é marcada pela migração urbano/rural – não só de jovens, mas também dos idosos; como pelo aumento da extensão de área urbana

em relação à rural¹⁵. Embora o IBGE não disponibilize a extensão em km² do que é rural e urbano, o instituto considera rural toda a área que está situada fora dos limites urbanos. Logo, infere-se que o aumento da urbanização em Criciúma e Içara, tenha reduzido a área considerada rural pelo censo do IBGE, o que ajuda a explicar a forte redução de potenciais aposentados rurais nos referidos municípios.

A fim de melhor ilustrar tal situação, analisou-se o percentual da população rural em relação à população total da AMREC. Conforme demonstra o (GRÁFICO 4), o referido percentual em Içara e Criciúma é inferior à média da AMREC. A região possui 11% de seus habitantes residindo na área rural; em Içara, esse dado cai para 8%; e no que tange ao município de Criciúma, esse possui apenas 1% de sua população em área rural.

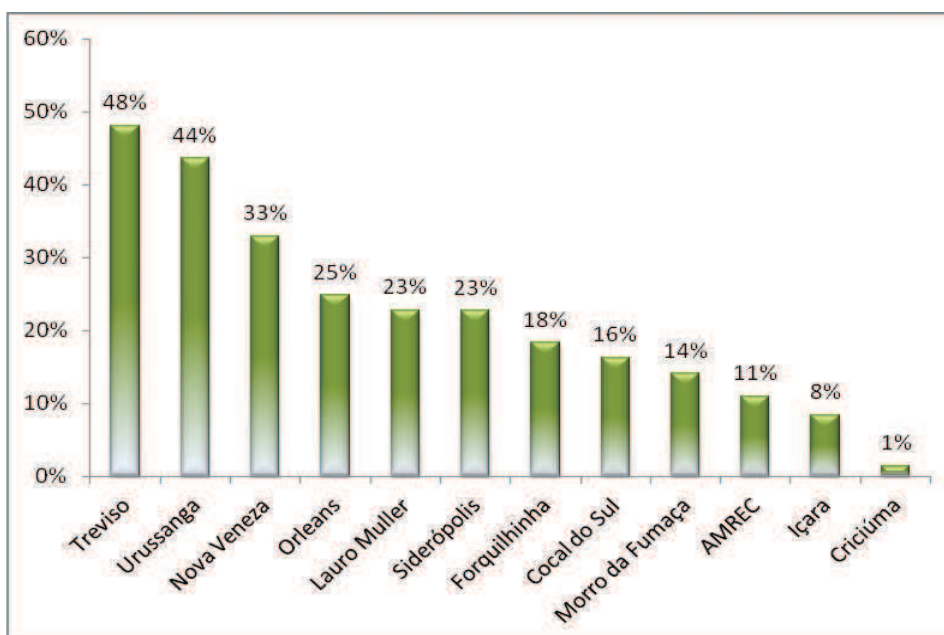


GRÁFICO 4 - POPULAÇÃO RURAL/TOTAL DOS MUNICÍPIOS DA AMREC

Fonte: censo 2000 e 2010 IBGE

Elaboração própria

Já os municípios de Treviso, Urussanga e Nova Veneza destacam-se no (GRÁFICO 4) pela representatividade de sua população rural em relação à população total. Treviso é o município que apresenta a menor população da região com 3.527 habitantes, de modo que 48% residem em área rural. Urussanga possui

¹⁵ A classificação da situação do domicílio é urbana ou rural segundo sua localização, e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico 1991. Como situação urbana o IBGE considera as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites.

uma população total de 20.223 habitantes sendo que 44% residem em área rural. Nova Veneza é o terceiro menor município da região em termos de população e apresenta 13.309 habitantes sendo 33% residentes rurais.

Outro dado importante a ser analisado é a Taxa de Envelhecimento Humano¹⁶ disponibilizada pelo PNUD. O (GRÁFICO 5) a seguir ilustra a referida taxa para os municípios da AMREC e demonstra que os que possuem as mais altas taxas de envelhecimento são Urussanga, Treviso e Siderópolis. Os dois primeiros municípios são os mesmos que apresentam o maior número de habitantes rurais em relação à população total, o que evidencia novamente a problemática do envelhecimento do campo.

E, em contrapartida, os municípios de Forquilha, Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Içara e Criciúma são os que apresentam as menores taxas de envelhecimento humano, estando inclusive abaixo da média da AMREC cuja taxa é de 6,81. Vale lembrar que esses quatro últimos municípios são os mesmos que apresentam o menor número de habitantes rurais em relação à população total.

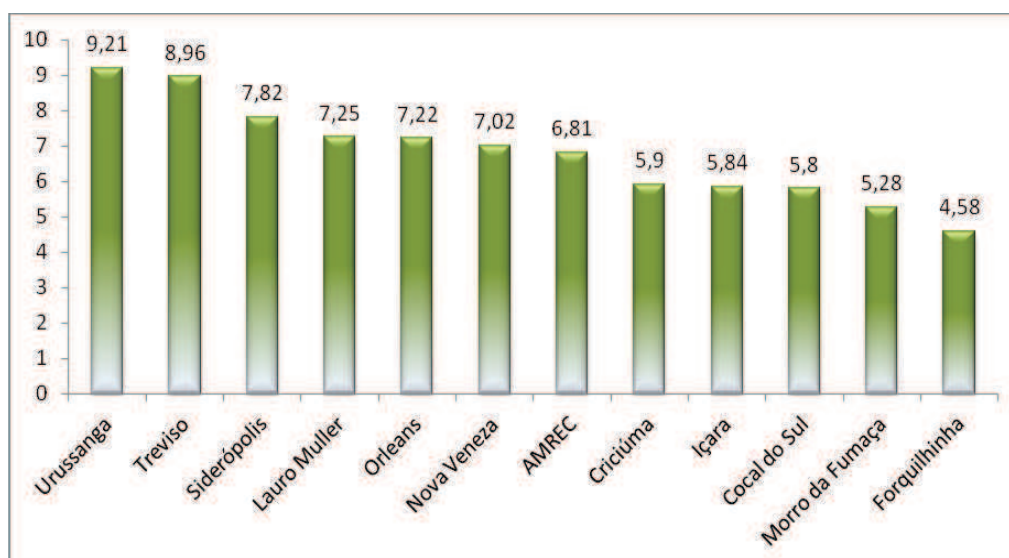


GRÁFICO 5 - TAXA DE ENVELHECIMENTO HUMANO DOS MUNICÍPIOS DA AMREC

Fonte: PNUD

Elaboração própria

¹⁶ De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Taxa de Envelhecimento Humano é calculada a partir da razão entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população total multiplicado por 100. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/glossario/

A fim de compilar e complementar as informações vistas até agora, a (TABELA 1) traz a área em km², o número de habitantes urbanos e rurais, o número de habitantes/km² e a proporção de habitantes rurais em relação à população total para cada município da AMREC.

TABELA 1 - DINÂMICA POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA AMREC

MUNICÍPIO	ÁREA (KM ²)	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO TOTAL	HAB/ KM ²	POPULÇÃO RURAL/ TOTAL
Cocal do Sul	72	12696	2463	15159	212	16%
Morro da Fumaça	82	13863	2263	16126	196	14%
Treviso	158	1833	1694	3527	22	48%
Forquilha	182	18426	4122	22548	124	18%
Criciúma	238	189630	2678	192308	808	1%
Urussanga	241	11405	8818	20223	84	44%
Siderópolis	263	10051	2947	12998	49	23%
Lauro Muller	270	11106	3261	14367	53	23%
Içara	290	53913	4920	58833	203	8%
Nova Veneza	294	8927	4382	13309	45	33%
Orleans	552	16084	5309	21393	39	25%
AMREC	2641	347934	42857	390791	148	13%

FONTE: CENSO IBGE (2010); PNUD (2010).

Ao analisar a (TABELA 1), é possível perceber que, embora Treviso e Nova Veneza possuam uma população relativamente pequena, ambos não estão dentre os municípios com menor extensão geográfica, visto que Treviso possui uma área de 157,53km² e Nova Veneza possui 293,69km². Logo, infere-se que boa parte dessa área seja destinada à atividade rural, o que justifica a alta representatividade da população rural em relação à total em ambos os municípios. Fazendo um contraponto, ao analisar o número de habitantes/km², verifica-se que Morro da Fumaça, Içara, Cocal do Sul e Criciúma são os municípios que apresentam maior número de habitantes/km²; e conforme destaca o gráfico 4, estes são os municípios que apresentam menor população rural em relação à total.

De modo geral, identificou-se até aqui que a região da AMREC é composta por municípios cujas particularidades merecem destaque ao estudar com profundidade a região. No que tange à dinâmica populacional, verifica-se que em todos os municípios houve um aumento da população total no período de 2000 a 2010, seguido por uma redução no número de habitantes rurais o que denota o

fenômeno do êxodo rural. Com relação ao envelhecimento do campo, este é um fenômeno presente em nove municípios da região, com destaque para Treviso e Urussanga.

Observa-se também que os municípios com maior número de habitantes/km² são os mesmos que apresentam o menor percentual de habitantes rurais em relação ao total, com destaque para Içara e Criciúma, cujo processo de urbanização revela-se nos dados apresentados. O contrário aplica-se aos municípios com menor número de habitantes/km², a exemplo de Treviso que possui o maior percentual de habitantes rurais em relação ao total.

No que se refere à taxa de envelhecimento humano, esse é um dado que corrobora as informações previamente apresentadas, visto que os municípios que apresentam as maiores taxas são os mesmos cuja população rural se destaca em relação à total, a exemplo de Treviso e Urussanga. E o contrário também se evidencia, de modo que os municípios mais urbanizados são os que apresentam menores taxas de envelhecimento.

O que se infere então, é que o envelhecimento do campo se faz presente especialmente nos municípios com maior percentual da população rural em relação à total: Treviso, Urussanga, Nova Veneza, Orleans, Lauro Muller, Siderópolis, Forquilha, Cocal do Sul e Morro da Fumaça. Frente a isto, estima-se que, mais precisamente nesses municípios, a Previdência Social Rural seja capaz de exercer sua contribuição na redução da desigualdade de renda. Com vistas a aprofundar a análise, a seguir são apresentados os dados da Previdência Social Rural para os municípios da região.

4.2.2 Efeito-renda dos aposentados rurais

A fim de ilustrar os benefícios emitidos pela PSR, o (GRÁFICO 6) demonstra a quantidade de aposentadorias e pensões destinadas aos municípios da AMREC no mês de dezembro de 2013. De modo geral, em todos os municípios, a quantidade de aposentadorias emitidas é maior que a quantidade de pensões. Ambos os benefícios podem ser cumulativos, portanto é comum verificar situações

em que muitos pensionistas são também aposentados rurais. Em grande parte, as pensões são destinadas às mulheres viúvas que passam a receber o benefício após a morte do cônjuge.

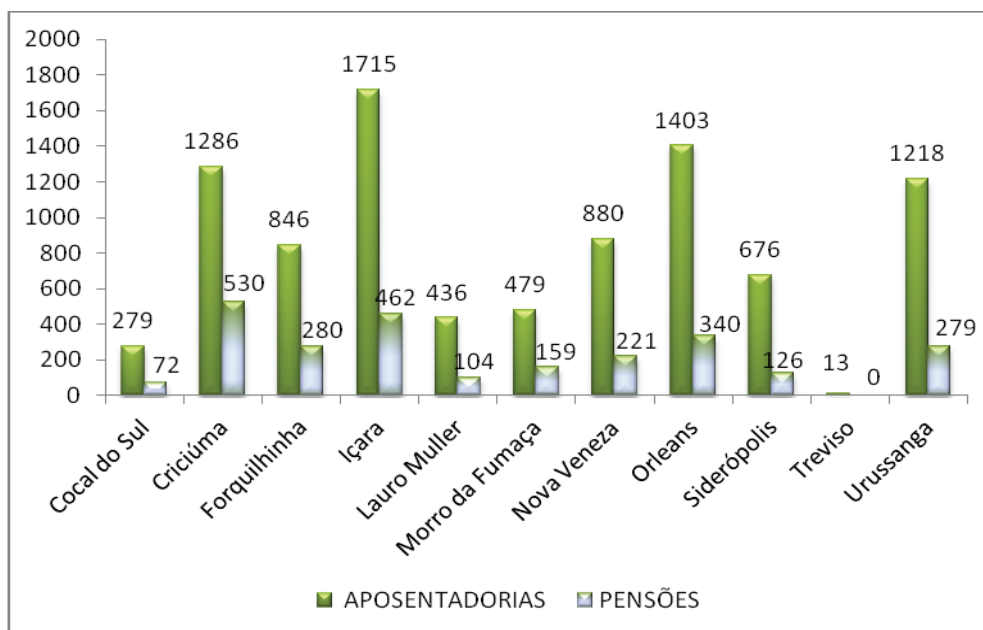


GRÁFICO 6 - QUANTIDADE DE APOSENTADORIAS E PENSÕES EMITIDAS EM DEZEMBRO DE 2013 NOS MUNICÍPIOS DA AMREC

Fonte: Ministério da Previdência Social (MPS).

Elaboração própria

Dentre os municípios, verifica-se que Içara, Criciúma, Orleans e Urussanga são os que recebem maior quantidade de aposentadorias e pensões rurais. Em contrapartida, Treviso e Cocal do Sul são os municípios que menos recebem aposentadorias rurais. Treviso destaca-se, sobretudo por apresentar apenas treze aposentadorias e nenhuma pensão. Uma justificativa para isso é o fato de que o beneficiário da previdência não precisa necessariamente permanecer no município onde obteve o benefício pela primeira vez. Então é provável que em Treviso residam muito mais do que 13 aposentados, até mesmo porque segundo o censo do IBGE, em 2010 o município possuía um total de 282 potenciais aposentados rurais, sendo 56% mulheres. A fim de ilustrar melhor esta dicotomia, o (GRÁFICO 7) apresenta o número de potenciais aposentados rurais (mulheres acima de 55 anos e homens acima de 60 anos) e os benefícios rurais emitidos em dezembro de 2013 para cada município da AMREC.

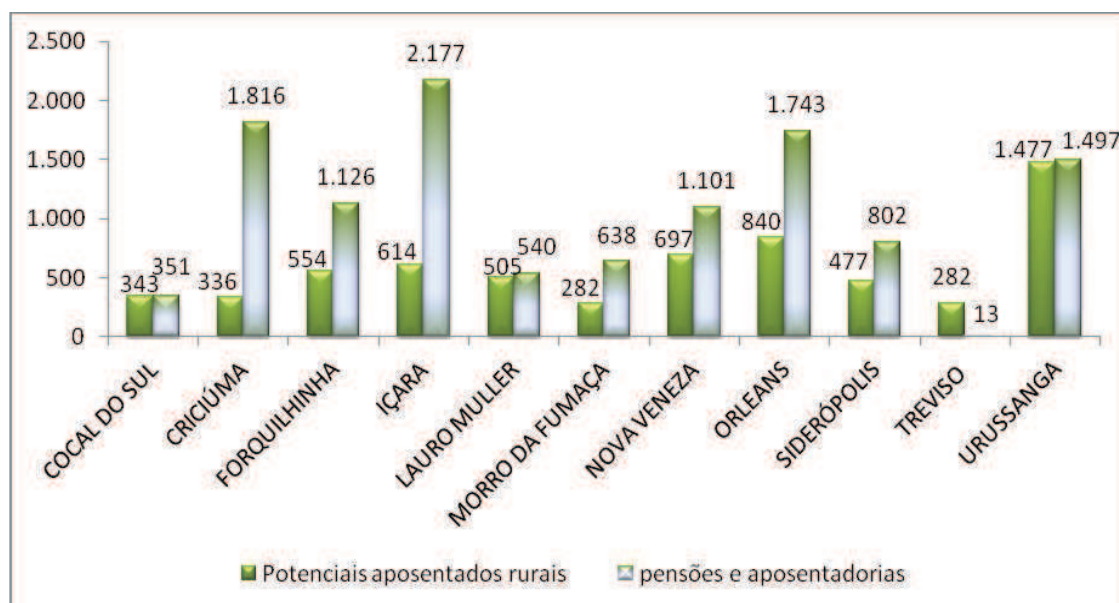


GRÁFICO 7 - POTENCIAIS APOSENTADOS RURAIS X BENEFÍCIOS RURAIS EMITIDOS EM DEZEMBRO DE 2013 NOS MUNICÍPIOS DA AMREC

Fonte: censo 2010 IBGE; Ministério da Previdência Social (MPS).

Elaboração própria

Conforme demonstra o (GRÁFICO 7), a quantidade de aposentadorias e pensões emitidas em dezembro de 2013, com exceção de Treviso, é maior que o número de potenciais aposentados em todos os municípios da região. Içara e Criciúma ganham destaque por apresentar uma quantidade de benefícios emitidos muito superior ao número de potenciais aposentados previsto no censo de 2010. Içara apresenta 2.177 benefícios rurais emitidos, para uma população de 614 potenciais aposentados rurais. No que se refere a Criciúma, o município recebe 1.816 benefícios quando residem no meio rural cerca de 336 potenciais aposentados.

Especialmente em Criciúma e Içara, por serem municípios mais industrializados, é muito provável que, após alcançarem a aposentadoria, alguns idosos abandonem a propriedade rural para residirem próximo aos filhos na área urbana. No caso de Criciúma, o centro do município oferece uma infraestrutura atrativa aos aposentados, como comércio, opções de entretenimento, cultura e lazer. Serviços relacionados à saúde também se encontram na área urbana deste município, a exemplo de centros clínicos, hospitais e farmácias, o que leva muitos idosos a se mudarem com vistas a residirem próximo a estes locais.

No caso de Içara, o número reduzido de potenciais aposentados, frente à quantidade de benefícios rurais emitidos, justifica-se pela migração dos aposentados rurais para o município de Balneário Rincão, que se emancipou em 2013, mas até então pertencia a Içara. Os balneários são locais atrativos para os aposentados, por oferecerem praias e atividades relacionadas ao lazer. Desta forma, ao alcançarem a aposentadoria, alguns idosos arrendam a propriedade ou deixam para seus descendentes, e se mudam então buscando maior qualidade de vida.

Outro fator relevante, já apresentado no item anterior, é a questão do aumento da urbanização. Estima-se que em municípios como Criciúma e Içara, a extensão rural tenha sido reduzida nos últimos anos. Nesses casos, é bem provável que parte da população que se aposentou no meio rural, embora resida no mesmo local, passou a ter seu domicílio identificado como perímetro urbano.

Nos demais municípios, embora em escala menor, identifica-se também a diferença entre o número de potenciais aposentados e a quantidade de benefícios emitidos. Entretanto, além das justificativas apresentadas até aqui, é válido lembrar que a aposentadoria e a pensão podem ser cumulativas, de modo que um único beneficiário pode ter acesso a ambos os benefícios, o que contribui para explicar tal diferença. Por fim, essa análise também requer uma cautela, pois a população de potenciais aposentados foi calculada a partir do censo de 2010, ao passo que a quantidade de benefícios emitidos pela PSR se refere ao mês de dezembro de 2013. Logo, infere-se que parte da população que em 2010 ainda não havia alcançado a idade para requerer o benefício (mulheres com 52 anos e homens com 57 anos), em dezembro de 2013, já estava inserida na quantidade de benefícios rurais emitidos.

A fim de compilar alguns dados apresentados até aqui, e de trazer um panorama geral acerca da inserção da Previdência Social Rural nos municípios da AMREC, a (TABELA 2) informa: a renda per capta agrícola¹⁷, a quantidade de benefícios emitidos no mês de dezembro de 2013 (aposentadoria e pensões), o valor dos benefícios emitidos no referido mês, e o valor dos benefícios emitidos no ano de 2013.

¹⁷ A Renda per capta agrícola é a razão entre o valor adicionado bruto agropecuário a preços correntes do ano de 2011, fornecido pelo IBGE, e a população residente rural fornecida pelo Censo 2010.

TABELA 2 - INSERÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NOS MUNICÍPIOS DA AMREC

MUNICÍPIO	RENDAS PER CAPTA AGRÍCOLA EM R\$	QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS EM DEZEMBRO DE 2013	VALOR EM R\$ DOS BENEFÍCIOS EMITIDOS EM DEZEMBRO DE 2013	VALOR EM R\$ DOS BENEFÍCIOS EMITIDOS NO ANO DE 2013
Cocal Do Sul	140	351	227.624	2.999.175
Criciúma	511	1.816	1.149.520	14.995.797
Forquilha	598	1.126	724.349	9.407.093
Içara	725	2.177	1.361.966	17.501.858
Lauro Muller	431	540	341.514	4.399.199
Morro Da Fumaça	242	638	395.270	5.152.919
Nova Veneza	691	1.101	722.970	9.319.661
Orleans	693	1.743	1.122.623	14.581.550
Siderópolis	408	802	527.038	6.888.090
Treviso	219	13	8.251	104.740
Urussanga	165	1.497	966.683	12.440.500
AMREC	455	11.804	7.547.808	97.790.582

FONTE: CENSO 2010 IBGE; MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (MPS)

De acordo com a (TABELA 2), os municípios que recebem o montante maior de recursos da PSR são Içara e Criciúma. Conforme previamente verificado no (GRÁFICO 6), são estes os municípios que apresentam a maior quantidade de benefícios emitidos em dezembro de 2013. Contudo, Orleans e Urussanga, embora apresentem uma população bastante inferior aos municípios de Criciúma e Içara, equiparam-se a estes no que se refere ao montante recebido pela PSR. Isto se justifica pelo fato de Orleans e Urussanga apresentarem um alto número de potenciais aposentados rurais.

A fim de estimar em quais municípios da região a PSR exerce maior contribuição na redução da desigualdade de renda, buscou-se comparar o valor dos benefícios emitidos, com a renda per capita agrícola. Conforme demonstra o (GRÁFICO 8), no que se refere à renda per capita agrícola, Cocal do Sul, Urussanga, Treviso e Morro da Fumaça encontram-se abaixo da média regional, cujo valor é R\$ 455,00 mensal. Em contrapartida, Içara se destaca com a maior renda per capita agrícola, no valor de R\$ 726,00.

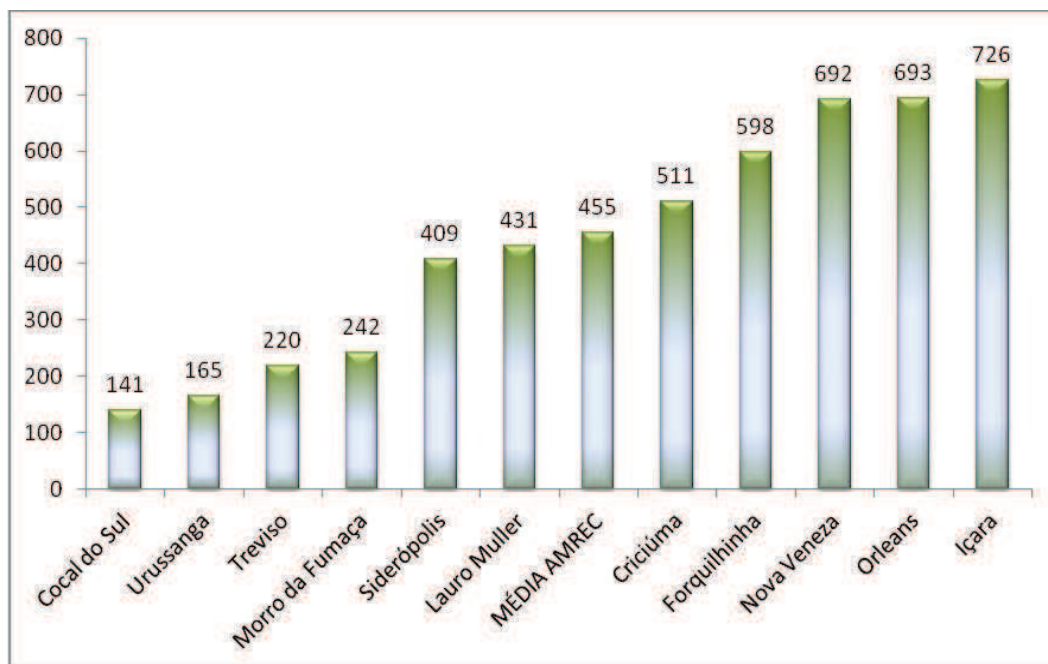


GRÁFICO 8 - RENDA PER CAPTA AGRÍCOLA DA AMREC

Fonte: IBGE

Elaboração própria

O que se infere dos dados acima, é que possivelmente a PSR exerce maior contribuição na redução da desigualdade de renda, nos municípios cuja renda per capita agrícola é mais baixa. Tome como exemplo Cocal do Sul cuja renda rural média é R\$141,00 mensal, e recebeu 351 benefícios no mês de dezembro de 2013. Como a maioria dos benefícios emitidos pela PSR corresponde ao valor de um salário mínimo, que no referido ano foi R\$ 678,00, pode-se dizer que em média os beneficiários passaram a receber cinco vezes mais do que a renda média proporcionada pela produção rural.

Urussanga é o segundo município da região que apresenta a menor renda per capita agrícola, no valor de R\$165,00 ao mês. Neste município certamente a PSR exerce uma contribuição considerável na redução da desigualdade de renda, visto que em dezembro de 2013 foram emitidos 1.497 benefícios. Neste caso, em média, a população beneficiada passou a ter acesso a uma renda quatro vezes maior.

Vale destacar que a PSR exerce maior contribuição na vida dos idosos cujas famílias produzem basicamente para subsistência. Conforme já destacado, estudos

do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)¹⁸ demonstram que a PSR cumpre um papel fundamental no enfrentamento da pobreza, ao passo que assegura condições mínimas de sobrevivência à população beneficiada, contribuindo para a redução da desigualdade de renda no país.

Criciúma possui uma renda per capita agrícola relativamente baixa, de R\$511,00, muito próxima à média regional. Logo, embora esse município não apresente uma alta taxa de envelhecimento e possua uma baixa população rural em relação à total, estima-se que ainda assim a PSR seja uma renda representativa para algumas famílias. Em dezembro de 2013, foi emitido o total de 1.816 benefícios para este município. Então, em média a população beneficiada teve um aumento de 30% em sua renda.

Em contrapartida, ao analisar o município de Içara verifica-se que este possui uma renda per capita agrícola no valor de R\$726,00, e que em dezembro de 2013 foi contemplado com 2.177 benefícios previdenciários. Nesse caso, embora o salário mínimo seja inferior à renda per capita agrícola, a população beneficiada em média teve sua renda dobrada. Vale destacar que o município recebeu no mês de dezembro de 2013 o valor de R\$1.361.966,00 em benefícios da PSR. Portanto, infere-se que este montante exerce sua contribuição na dinâmica da economia local.

Um município que se equipara a Içara, tanto em relação à renda per capita quanto ao montante recebido da PSR é Orleans, que recebeu em dezembro de 2013 1.743 benefícios da PSR, cujo valor total foi de R\$1.122.623. Contudo, a diferença entre ambos os municípios é que em Orleans 25% do total de sua população reside em área rural ao passo que em Içara este dado cai para 8%. No que se refere à população de potenciais aposentados rurais, Orleans apresenta um total de 840 habitantes, 27% a mais que no município de Içara.

Analisando-se os municípios de Treviso e Morro da Fumaça, é possível identificar que estes possuem, segundo o IBGE, 282 potenciais aposentados rurais cada, e que ambos apresentam valores muito próximos no que se refere à renda per capita agrícola. De um modo geral, infere-se que nesses municípios os idosos beneficiados tiveram um impacto relevante em suas rendas, uma vez que a PSR representou um aumento de aproximadamente três vezes mais. E no que tange aos

¹⁸ Delgado e Cardoso Jr. (1999) e Castro (2011).

municípios pequenos como estes, tem-se que a contribuição da PSR não se restringe apenas à redução na desigualdade de renda. A hipótese é que esta renda exerça representatividade também no comércio local, visto que os idosos e seus familiares gastam a maior parte do recurso da PSR em bens para própria subsistência.

O (Gráfico 8) também demonstra que a PSR contribui para a redução da desigualdade de renda entre os municípios. Cocal do Sul, por exemplo, possuía uma renda per capita agrícola de R\$141,00 mensal, ao passo que para Içara esse dado é de R\$724,00. Supondo que ao alcançarem a aposentadoria os idosos permaneçam na atividade agrícola, logo em Cocal de Sul e Içara eles passam a ter acesso a uma renda mensal de respectivamente R\$841,00 e R\$1.424,00. A redução na desigualdade de renda ganha destaque ao observar que antes da PSR, Içara apresentava uma renda 80% maior que Cocal do Sul. E com a inserção do benefício, essa diferença cai para 40%.

Ao analisar a PSR no nordeste brasileiro entre os anos 1991 e 2000, Kato (2006) observou que esta renda exerceu impacto da redução da pobreza e da indigência no meio rural visto que os rendimentos dos aposentados apresentaram uma boa contribuição para renda familiar por domicílio. Ela ainda argumenta acerca da relevância do valor do benefício beneficiário, de modo que as transferências devem efetivamente permitirem o acesso aos bens necessários à sobrevivência da população assistida.

Estudos como de Albuquerque, Lobo e Raymundo (1999) argumentam que a estabilidade econômica proporcionada pela PSR não se restringe apenas ao contexto familiar, mas assume uma dimensão social, uma vez que contribui para o aumento das relações comerciais. Esses autores também pontuam que os idosos aposentados representam um ingresso regular de renda, que se traduz muitas vezes na compra de produtos alimentícios. Corroborando com estes autores, Augusto e Ribeiro (2005) afirmam que a renda mínima paga pelo benefício previdenciário dinamiza a economia local dos pequenos municípios, pois é gasta totalmente no comércio local, proporcionando aumento do emprego e consequentemente maior movimentação financeira.

De modo geral, os dados apresentados até aqui demonstram que, em todos os municípios da AMREC, a quantidade de aposentadorias emitidas é superior à

quantidade de pensões. Como ambos os benefícios podem ser cumulativos, identificou-se que, na maioria dos casos, a quantidade de benefícios emitidos é superior à quantidade de potenciais aposentados rurais. Isso se justifica pelo conceito de rural empregado pelo IBGE, de modo que muitos idosos que se aposentaram no meio rural hoje possuem sua residência identificada como perímetro urbano.

No que tange ao valor dos benefícios destinados à região, identificou-se que Içara, Criciúma, Orleans e Urussanga são os municípios que recebem o maior montante. Em contrapartida, Treviso e Cocal do Sul são os municípios que menos recebem aposentadorias rurais. Contudo, ao analisar a contribuição da PSR na redução da desigualdade de renda, constata-se que ela é maior nos municípios cuja renda per capita agrícola é mais baixa, a exemplo de Cocal do Sul, Urussanga, Treviso e Morro da Fumaça.

Criciúma e Içara não estão dentre os municípios com a menor renda per capita agrícola, contudo são eles que recebem a maior quantidade de benefícios emitidos na AMREC. Logo, infere-se que, possivelmente nesses casos a PSR exerce sua contribuição na dinâmica da economia local. O impacto no comércio local é ainda maior em municípios menores, como Treviso e Morro da Fumaça, pois a contribuição da PSR se estende para além do contexto familiar abrangendo também a esfera econômica.

E por fim, constatou-se que a inserção da PSR na região contribui para redução da desigualdade de renda entre os municípios. Em suma, almejou-se identificar as principais questões que permeiam a dinâmica populacional e a inserção da PSR na AMREC, contudo se reconhecem as limitações de uma busca estritamente quantitativa. Dessa forma, a fim de verificar com mais precisão as mudanças realizadas pela PSR na vida dos beneficiados residentes em municípios da região, a seguir adentra-se a análise qualitativa da presente pesquisa. Os próximos tópicos irão abordar o processo de internalização dessa renda, de modo a entender como o benefício se insere nas vidas dos idosos transformando-as, e como os idosos percebem essa mudança.

4.3 INFORMAÇÕES PESSOAIS DOS IDOSOS E A PROBLEMÁTICA DO ÊXODO RURAL JUVENIL

Com vistas a analisar a internalização da Previdência Social Rural (PSR) na vida dos idosos residentes em municípios pertencentes à região da AMREC, dividiu-se a apresentação das informações coletadas na pesquisa de campo em três eixos de análise. Primeiramente, são apresentadas as informações pessoais dos idosos. Na sequência, adentra-se às observações acerca da atividade produtiva e renda dos idosos. Por fim, aborda-se a relação entre PSR, consumo e autonomia dos idosos.

A seguir, na (TABELA 3), são apresentadas as informações pessoais dos idosos: município de residência, sexo, idade, estado civil, número de filhos, e número de filhos que permaneceram na atividade agrícola. Para manter o sigilo referente à identidade dos idosos, as informações foram organizadas de acordo com a ordem das entrevistas.

TABELA 3 – INFORMAÇÕES PESSOAIS DOS IDOSOS

ENTREVISTADO	MUNICÍPIO	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	FILHOS	FILHOS NA ATIVIDADE AGRÍCOLA
1	Forquilha	Homem	65	Casado	1	1
2	Forquilha	Mulher	72	Casada	6	0
3	Forquilha	Mulher	67	Casada	3	1
4	Forquilha	Homem	70	Casado	3	1
5	Forquilha	Homem	64	Casado	3	0
6	Forquilha	Homem	76	Casado	7	0
7	Forquilha	Mulher	64	Casada	3	1
8	Forquilha	Mulher	69	Viúva	5	5
9	Forquilha	Homem	68	Casado	3	1
10	Forquilha	Mulher	75	Casada	4	3
11	Forquilha	Mulher	76	Viúva	8	1
12	Forquilha	Homem	68	Casado	5	0
13	Forquilha	Mulher	72	Casada	5	1
14	Nova Veneza	Mulher	77	Casada	9	3
15	Nova Veneza	Mulher	72	Casada	4	0
16	Nova Veneza	Mulher	79	Casada	7	0
17	Nova Veneza	Mulher	80	Viúva	9	0
18	Forquilha	Mulher	64	Casada	5	0
19	Forquilha	Mulher	60	Casada	10	1
20	Forquilha	Mulher	78	Viúva	5	0
21	Forquilha	Mulher	72	Casada	9	3
22	Nova Veneza	Homem	69	Casado	3	2
23	Treviso	Mulher	60	Casada	3	1
24	Treviso	Mulher	57	Casada	4	0
25	Treviso	Mulher	69	Casada	4	2
26	Treviso	Mulher	82	Viúva	6	2
27	Treviso	Mulher	61	Casada	3	0
28	Treviso	Mulher	72	Casada	6	5
29	Treviso	Mulher	59	Casada	4	1
30	Treviso	Mulher	67	Casada	6	0

FONTE: COLETA DE DADOS EM PESQUISA DE CAMPO

Conforme demonstra a (TABELA 3), foram entrevistados no total 30 idosos, sendo sete homens e 23 mulheres¹⁹, com idades entre 57 e 82 anos. No que se refere aos municípios, 17 idosos residem em Forquilha, cinco em Nova Veneza e oito em Treviso. Em sua maioria, os idosos são casados, com exceção de cinco mulheres viúvas. Todos os entrevistados são aposentados pela PSR, e as mulheres viúvas além de aposentadas também são pensionistas, acumulando assim ambos os benefícios.

O número de filhos por idosos varia de um a dez, totalizando 147 descendentes, com a ressalva de que há dois casais dentre os entrevistados.

¹⁹ O número maior de mulheres entrevistadas justifica-se pelo critério de acessibilidade adotado na construção da amostra.

Entretanto, quando se analisa a permanência desses descendentes no meio rural, é possível observar que há uma forte desistência, tendo em vista que dentre os 147 apenas 33 permaneceram no exercício da atividade agrícola. Essa informação remete aos dados vistos nos Censos 2000 e 2010, e também à literatura (SILVESTRO, 2001; STROPASOLAS, 2006; CORADINI, 2008) que aborda a questão do êxodo rural juvenil.

Ao entrevistar o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Forquilha, esse forneceu um breve relato acerca do êxodo rural juvenil e da masculinização do campo neste município:

Nesse período muita gente saiu da agricultura, principalmente os jovens. Hoje para o salário maternidade é muito raro vir um aqui. Para dar três ou quatro por ano é muito, porque não tem mais moça que ficou na área rural. Às vezes moram lá, mas são empregadas. Então se nós fizemos a soma hoje, eu acho que não passa de mil pessoas que trabalham na agricultura em Forquilha, que vive só da agricultura [...] Hoje se ficar um jovem na agricultura, ele não acha uma mulher pra casar com ele na agricultura do nosso município inteiro.

A saída frequente de jovens do meio rural também está relacionada ao aumento de oportunidades de emprego em atividades terciárias. Camarano e Abramovay (1999) relatam que o aumento no nível de instrução escolar, especialmente no caso da mulher, contribui para que elas deixem o meio rural e busquem oportunidades de trabalho fora do campo. A ausência de jovens do sexo feminino está diretamente relacionada à queda no nível de fecundidade no meio rural e com o fenômeno do envelhecimento do campo.

É preciso considerar também, segundo Froehlich et al (2011), que boa parte da população jovem rural cresceu em meio às dificuldades encontradas para a reprodução socioeconômica das unidades produtivas. Isso, atrelado ao acesso à escolaridade com viés urbano, tornou a cidade um futuro promissor aos olhos do jovem que cresceu no meio rural. Segundo o Entrevistado nº 22, a dificuldade financeira, devido à baixa remuneração proporcionada pela atividade agrícola, é um dos fatores responsáveis por expulsar o jovem do campo:

Não é fácil plantar na terra, a nossa para o ano que vem vai ficar tudo parado, ninguém mais quer trabalhar lá, não dá mais nada. Porque é assim, se trabalha só pelo serviço, não sobra nem pra comer. [...] E o adubo, o

insumo é muito caro, e não sobra nada. Porque se eles fazem a lavoura com cem mil, quando termina tá naqueles cem mil, não sobra nada.

Através das entrevistas com os idosos, identificou-se que a PSR pode estar associada ao êxodo rural juvenil, pois os idosos que sobreviveram com dificuldades no meio rural não querem ver seus filhos e netos enfrentarem os mesmos problemas. Nesses casos, a PSR, ao oferecer uma estabilidade de renda aos idosos, traduz-se muitas vezes em um importante recurso para os jovens que querem buscar um futuro diferente na cidade. Especialmente no que se refere aos estudos, as entrevistadas relatam:

Ajudo o filho, porque ele está fazendo faculdade, e ele não consegue pagar porque o ganho dele é muito pouquinho. Daí a gente tem que ajudar. (ENTREVISTADA N° 3).

Eu ajudo a família um pouquinho, e também o neto que estuda coitadinho, então tem que comer lá na cidade, aí eu ajudo. (ENTREVISTADA N° 26).

Estes relatos permitem constatar que alguns idosos incentivam seus netos a saírem do campo, e este incentivo ocorre através da conversão do seguro previdenciário em financiamento estudantil, fenômeno que está diretamente relacionado ao êxodo rural juvenil. Em determinados casos, mesmo que a contribuição não venha na forma de recurso financeiro, o estímulo se dá através de conselhos, sobretudo quanto os idosos falam sobre as dificuldades que enfrentaram no meio rural.

No que se refere à sucessão de terras, a entrevistada n° 20 relata que esse é outro problema a ser enfrentado: “[...] agora isso aí ficou tudo para os herdeiros, era herança. Meu pai e minha mãe faleceram e agora ficou pros filhos. Mas ninguém planta.” Para Froehlich et al (2011), a redução da população rural ativa é a causa do prejuízo à dinâmica da sucessão das unidades produtivas, e este é um problema que se constitui em sérios riscos para a promoção do desenvolvimento rural no médio e longo prazo.

Após a apresentação das informações pessoais dos idosos, em que se abordou a relação entre a PSR e a problemática do êxodo rural, a seguir adentra-se a discussão sobre a renda e atividade produtiva dos idosos.

4.4 PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL, ATIVIDADE PRODUTIVA E RENDA DOS IDOSOS

A seguir, na (TABELA 4) são apresentadas as informações referentes à renda e à atividade produtiva dos idosos. De um modo geral, buscou-se identificar: se o entrevistado depende apenas da PSR, se continuou trabalhando na atividade agrícola, se arrendou a terra, se mudou de casa, e se já usou a PSR para manter a produção.

TABELA 4 – PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL, ATIVIDADE PRODUTIVA E RENDA DOS IDOSOS

ENTREVISTADO	DEPENDE APENAS DA PSR	CONTINUOU TRABALHANDO NA ATIVIDADE	ARRENDOU A TERRA	MUDOU DE CASA	USOU A PSR PARA MANTER DA PRODUÇÃO
1	Não	Sim	Não	Não	-
2	Sim	Não	-	Sim	Não
3	Não	Sim	Sim	Não	Sim
4	Não	Sim	Sim	Não	Sim
5	Não	Sim	Não	Não	Sim
6	Sim	Não	-	Sim	Não
7	Não	Sim	Sim	Não	Não
8	Sim	Não	Não	Sim	Não
9	Não	Sim	Sim	Não	Sim
10	Não	Sim	Sim	Não	Sim
11	Sim	Não	-	Sim	Não
12	Sim	Não	-	Não	Não
13	Não	Sim	Não	Não	Sim
14	Não	Não	-	Sim	Não
15	Não	Não	Sim	Não	Não
16	Não	Não	-	Não	Não
17	Sim	Sim/Não	Não	Sim	Não
18	Não	Sim/Não	Vendeu	Sim	Sim
19	Sim	Sim/Não	Vendeu	Sim	Sim
20	Sim	Não	Não	Não	Não
21	Não	Não	Sim	Sim	Não
22	Não	Sim	Não	Não	Não
23	Não	Sim	Parte	Não	Não
24	Não	Sim	Não	Não	Não
25	Não	Sim	Não	Não	Não
26	Sim	Não	Não	Não	Não
27	Não	Sim(subsistência)	Não	Não	Sim
28	Sim	Sim(subsistência)	Parte	Não	Sim
29	Não	Não	Sim	Não	Não
30	Sim	Sim(subsistência)	Não	Não	Sim

FONTE: COLETA DE DADOS EM PESQUISA DE CAMPO

De acordo com a (TABELA 4), dentre os trinta entrevistados, verifica-se que onze dependem exclusivamente da renda da PSR. Esse grupo engloba seis idosos

casados, e cinco mulheres viúvas. Os casados contam com dois benefícios previdenciários na renda familiar que, na maioria dos casos, correspondem a dois salários mínimos. No que se refere às viúvas, essas, além de aposentadas são pensionistas e também recebem dois salários mínimos – valor correspondente aos benefícios.

A maior parte dos idosos que depende exclusivamente da PSR declarou que, após ter acesso ao benefício, não deu continuidade ao trabalho agrícola, devido ao cansaço físico e às questões de saúde. Em contrapartida, para dezenove idosos, a PSR assume a função de renda complementar, pois eles permaneceram na atividade agrícola ou então arrendam parte de suas terras obtendo assim outra fonte de renda.

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Forquilha relata que, após ter acesso à aposentadoria, um casal de agricultores consegue se manter com mais tranquilidade e autonomia. E, no caso das viúvas, também se percebe essa estabilidade, uma vez que as mesmas podem usufruir de dois benefícios previdenciários:

Ele vive melhor, com mais tranquilidade [...] hoje ele tem mais autonomia, tem mais segurança. Depois tem muita pensão por morte também. Então quando morre um dos dois, o outro recebe a pensão, daí fica ou a viúva ou o viúvo ganhando bem, porque daí já dá mil e poucos. Livre né. Então eles vivem bem, muito bem.

No que tange à permanência na atividade agrícola, dezoito idosos declararam que não abandonaram a produção no ato da aposentadoria. Para doze idosos, essa ainda é uma importante fonte de renda, ao passo que para outros três ela significa a própria subsistência. Algumas idosas relataram que gostavam do trabalho agrícola e que por isso continuaram na atividade mesmo após se aposentarem, contudo tiveram de deixá-la por motivos de doenças:

Eu gostaria né de continuar, mas eu com o problema da coluna não pude mais. Então só faço mesmo a comida e cuido ali da minha horta. (ENTREVISTADA N° 8).

Há eu gostava, ainda gosto. Só porque agora já estou muito velha, daí não vou mais, mas eu iria de novo porque a terra eu adorava. (ENTREVISTADA N° 16).

Ai, eu adorava. Sinto muita saudade. Pena que a idade não deixa mais. (ENTREVISTADA N° 17).

Resgatando o referencial da sociologia econômica, a partir das contribuições de Bourdieu (2008), verifica-se que a opção dos idosos por permanecerem na atividade agrícola denota a sobreposição de um estilo de vida. Nesses casos, a internalização da PSR na vida dos idosos não rompe com um conjunto de práticas que eles desenvolveram no decorrer de anos. Ao contrário, o *habitus* reafirma-se na preferência dos idosos por permanecerem na atividade agrícola.

É importante destacar que, para estes idosos, a aposentadoria não está atrelada à improdutividade. Ou seja, a garantia de uma renda fixa não necessariamente retira o idoso do campo, mas, ao contrário, em muitos casos contribui para que eles tenham condições de se manterem na atividade agrícola. Sugamoto (2007) e Bertuzzi et al (2011) evidenciaram em seus estudos empíricos que, após terem acesso à PSR, muitos idosos continuaram a exercer o trabalho rural. É possível, portanto, inferir que a aposentadoria não se traduz na inatividade do trabalhador, mas na melhoria do padrão de vida dos idosos.

Na presente pesquisa, observou-se que, enquanto o idoso se mantém saudável, há uma redefinição de tarefas, a fim de que possa executar atividades mais leves, possibilitando que os idosos se sintam mais úteis, conforme relatam os entrevistados:

Quem está ali na agricultura, continua fazendo a horta deles, a produçãozinha deles; as vezes têm a vaca de leite. A maioria diminui a produção: na nossa região aqui a principal atividade era fumo, então eles param com essa atividade, e vão pra outras que eles possam fazer. Eu vejo aí que hoje tem pessoas com 80 anos ainda fazendo sua horta. Aposentado, mas está lá e continua trabalhando. (PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IÇARA).

Eu trabalho, ajudo na agricultura, tanto no trator como qualquer serviço, cuidar da água, das bombas, ajudo a tratar a criação. Ela tem as galinhas, tem os afazeres dela, os da casa, e tem a netinha também que ajuda, todo mundo trabalha lá. (ENTREVISTADO N° 1).

Eu trabalho hoje com vaca de leite, que é o servicinho mais fácil. Até porque a gente não dá pra fazer mais tanta coisa. (ENTREVISTADO N°5).

Quem está na roça tem que trabalhar né! Eu trabalho um pouquinho, não igual quando era novo né, mas trabalho, faço as minhas coisinhas pra passar o tempo, se não vai fazer o que da vida? (ENTREVISTADO N°9).

Antes de eu me aposentar eu plantava fumo. Hoje não. Hoje eu planto arroz, vagem, milho, salada, daí sustenta a necessidade de casa. (ENTREVISTADO N°22).

Eu acho que eu fiquei trabalhando mais depois que me aposentei (risos). Nós plantávamos de tudo né, até fumo. Agora a gente parou um pouco, porque temos o aviário. Nós plantamos milho, cuidamos das vacas e do aviário. Não dá pra ter muita coisa, porque é só nós dois né! Ele cuida quase sempre sozinho, porque em casa tem muita coisa pra eu fazer também. (ENTREVISTADA N° 23).

Ainda plantamos o milho, o feijão, a gente sempre vai lutando e se virando direitinho. Enquanto não tem ninguém doente, a gente vai trabalhando. (ENTREVISTADA N° 25).

A gente planta o que dá pra trabalhar né, porque agora a saúde dificulta um pouco. Mas o que dá pra plantar a gente planta! Pouquinha coisa: tem a horta, plantamos mandioca e um pouco de feijão que dá para o gasto, para o ano. Faz pouco tempo que a gente diminuiu. Por causa da saúde a gente não consegue mais trabalhar como trabalhava antes! Aí a gente planta essas coisas, um pouco de feijão, uns pés de aipim, milho, e assim vai. (ENTREVISTADA N° 27).

Também se constatou que, embora alguns idosos não visem mais a agricultura como fonte de renda, ela ainda atua como principal meio de subsistência. De modo que os idosos comprem no mercado apenas aquilo que não conseguem mais produzir, conforme relatam as entrevistadas:

Tinha a galinha, vaquinha de leite, só que agora não tem mais nada [...] eu tenho para o meu pãozinho de cada dia assim, e o feijão ele planta pra ele colher pra nós, para o nosso gasto, daí ele tem duas cabeças de criação. Igual a carne, nós não compramos. [...] a gente se vira né, não compra nada de coisa de comida, horta a gente tem, tem batata, tem aipim. (ENTREVISTADA N° 7).

E olha, eu compro bem pouca coisa, porque ovos a gente têm, o queijinho a gente têm, leite o rapaz trás. Carne a gente não compra! (ENTREVISTADA N° 23).

A verdura não se compra! Uma horta já ajuda bastante, a horta em casa é meio rancho né. Nós não compramos milho, não compramos feijão, não compramos verdura, não se compra nada! (ENTREVISTADA N° 25).

Destaca-se aqui a discussão que Bourdieu (2005) tece sobre o campo econômico, no qual as preferências e propensões são construídas em meio à história, e são, portanto, endógenas ao estilo de vida. Na medida em que o idoso se constitui em um agente social dotado de um *habitus* torna-se também um indivíduo coletivo cujas preferências passam a serem produtos de sua história coletiva e

individual. Infere-se, portanto, que a permanência na atividade agrícola não está relacionada apenas à necessidade financeira ou subsistência, mas à própria valorização do idoso frente à velhice e ao ambiente familiar.

Nesse âmbito, Sequeira e Silva (2002) argumentam que o trabalho está relacionado ao bem-estar dos idosos, pois quando eles se sentem ativos, úteis e capazes, têm como consequência sua autoestima elevada. Os referidos autores também evidenciaram, em um estudo empírico, que os idosos pouco ativos no trabalho apresentam um ânimo mais baixo quando comparados a idosos mais ativos.

A partir da (TABELA 4), também é possível analisar que a PSR assume a função de seguro agrícola para aqueles idosos que permaneceram na atividade. Em alguns casos, a PSR contribui para manutenção da produção, ou então é utilizada para suprir demandas decorridas de prejuízos por intempéries naturais. Dentre os entrevistados, onze declararam que já empregaram a renda da PSR na atividade produtiva, conforme relatam:

Quando não é enchente é pedra, quando não é pedra é seca. O ano passado quase nada deu porque a enchente comeu quase tudo né. Quando tu planta aquela lavoura, tu não vai ter certeza do que vai fazer daquilo ali, pode dar boa, e pode não dar nada, tu vai ter que tirar ainda às vezes de outras coisas pra poder pagar o adubo na agropecuária. (ENTREVISTADA N°3).

A gente vive da aposentadoria, porque a renda é quando dá que a gente pega. Quando não dá nada, vê essa seca aí? Não vai dar nada, não dá pra despesa! Então daí aquele ali é garantido! Aquele ali o cara pode fazer uma continha lá que o dinheirinho vem né. (ENTREVISTADO N°9).

Pois agora, a gente já bota ali no monte, e enquanto tem vai gastando né, pra comprar uma semente pra plantar. Sabe que é tudo caro né! (ENTREVISTADA N° 13).

Essa situação é relatada por Sugamoto (2007), segundo a autora, além de contribuir para a manutenção das famílias e da agricultura familiar, a PSR também é responsável pela melhoria das condições de sobrevivência da população beneficiada, bem como pela manutenção da atividade produtiva. Caldas, Anjos e Bezerra (2007) pesquisaram 238 propriedades rurais no sul do Brasil, e constataram que em 53% dos casos a PSR tinha um alcance no custeio das atividades agrícolas.

Para Delgado e Cardoso Jr. (2000), a conversão do seguro previdenciário em seguro agrícola é um resultado inesperado por impactar a produção da agricultura familiar em todo o país. Para esses autores, essa conversão se constitui em um instrumento de suporte da política agrária, atingindo inclusive a agricultura de subsistência. Por se traduzir em um mecanismo de proteção, a PSR forma um pequeno excedente na renda dos beneficiados que, ao ser reinvestido na atividade produtiva, cria condições para a reprodução ampliada dessa economia familiar.

Por fim, no que se refere à (TABELA 4), cabe analisar não apenas a continuidade do idoso na produção agrícola, mas a permanência dos idosos no meio rural, pois se para muitos a PSR se converteu em seguro agrícola, favorecendo a permanência no campo; para outros, essa renda foi a porta de saída de uma realidade que eles não querem mais vivenciar, conforme relata a Entrevistada nº 18:

Era aquela vida que as vezes a lavoura estava bem, dá um contratempo perdia tudo, e tinha que ficar o ano inteiro sofrendo de novo né. Então depois que nos aposentamos foi muito bom. A gente sabe que o sofrimento da lavoura é demais, demais mesmo. A previdência ela ajuda muito o agricultor, porque são sofridos. A gente sofre desde criança por que nós já trabalhamos desde os sete anos lá na roça. E agora, então faz sete anos que eu não estou mais trabalhando na roça, na agricultura, assim que a gente tem um pouco de descanso [...] Na roça é muito longe do comércio, daí era tudo difícil. Nós estávamos já sozinhos, daí resolvemos ir pra cidade.

Constata-se, portanto que, embora a PSR contribua para permanência do idoso no campo, em contrapartida, favorece a sobrevivência fora do meio rural, sobretudo, para aqueles idosos que viveram em meio às dificuldades, e que não guardam boas recordações do trabalho agrícola. Dentre os entrevistados, nove relataram que mudaram de domicílio após se aposentarem, e desses, seis declararam que abandonaram o meio rural. Segundo o Presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais de Forquilha, outro motivo responsável por retirar o idoso do campo é a violência:

A maioria fica na mesma propriedade, mas agora tem muitos que vem morar aqui na praça, muitos estão vindo pra cá. Deixaram a propriedade para o filho tocar, ganham uma rendinha e estão vindo tudo pra Forquilha. Já por causa da segurança né! É roubo, passa um caminhão e carrega tudo que tem dentro de casa.

Frente a estas constatações, infere-se que o principal motivo responsável pela redução da população rural é a falta de políticas públicas no campo. Especialmente no caso dos aposentados, o que os leva a saírem do meio rural é a busca por segurança, pois muitos idosos sofrem com a falta de policiamento próximo às suas residências e temem, portanto, ficarem sozinhos no campo.

Todavia, conforme já destacado, todos os idosos afirmaram que cultivam uma horta em suas casas. Ou seja, por mais que o idoso deixe de residir na área rural, ele mantém os hábitos que adquiriu no decorrer da vida. Uma vez que o idoso deixe o meio rural, e passe a residir na cidade, por estar próximo aos mercados e outros serviços, não há mais necessidade de plantar para subsistência. Contudo, entra em evidência a sobreposição do estilo de vida, reafirmando práticas e hábitos que os idosos não abriram mão de cultivar.

É importante observar, segundo o Presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais de Forquilha, que os idosos quando afirmam que foram “para cidade” eles estão fazendo referência à “praça”, e não aos centros de grandes cidades. Nos municípios entrevistados, o centro da cidade é assim denominado por possuir mercado, igreja, farmácia, posto de saúde, prefeitura, dentre outros recursos básicos. Contudo, as características do rural se fazem presentes nesses pequenos centros, pois se verificam tranquilidade, calma, sossego e também pequenas feiras, nas quais os idosos podem adquirir aqueles produtos que não conseguem mais produzir.

Todavia, na contramão dessa perspectiva, de que o rural é sinônimo de sofrimento, há uma visão que identifica o rural como o melhor lugar para viver. A prova disso é que dentre os trinta entrevistados, 24 declararam que estão no mesmo lugar, alguns mudaram de domicílio, mas permaneceram no meio rural. Esses idosos relatam que não abrem mão do “descanso do campo” e que se somar a aposentadoria à agricultura de subsistência, tem-se uma qualidade de vida muito melhor quando comparada a dos aposentados que residem na cidade:

Lá é descansado, se for pra mim passear na cidade eu prefiro passear no interior. (ENTREVISTADO N°22).

Moro no mesmo lugar, a mesma coisa, e trabalhando cada vez mais. [...] se tu vai pra cidade, com R\$700,00 tu não vive, tu paga água, tu paga energia. Nós não pagamos água, só pagamos energia. Se tu sair dali, do meio rural e ir pra cidade, tu vai morrer de fome! (ENTREVISTADA N°23).

É bom a gente estar aposentada, porque com aquele dinheiro a gente faz muita coisa. É pouco mas dá pra gente se manter bem na atividade ainda! (ENTREVISTADA N°24).

A verdura não se compra, porque se tem que comprar uma cebola né? Mas tem gente que não quer, quer praça, praça, praça! Eu tenho uma filha que mora em Criciúma e diz “ai mãe vocês ficam aqui, se matando de trabalhar” e eu digo “nem me fale, eu daqui não saio, quando eu morrer eu saio.” [...] Tu tem o porquinho, tu tem a galinha, tu tem ovo. Agora, tu vai depender de comprar? (ENTREVISTADA N°25).

O aposento ajuda a ficar no meio rural, quem dera todo mundo tivesse esse dinheirinho. Eu duvido um pobre velho, que more na praça, na cidade, começa a pagar água, tudo, aluguel, pra ver se vive, ele morre, não dá! (ENTREVISTADA N°26).

Ao realizarem uma pesquisa domiciliar sobre PSR na região sul do Brasil, Delgado e Cardoso Jr. (2000) constataram que é baixo o índice de migração após o agricultor passar à condição de aposentado ou pensionista rural. Segundo esses autores, a migração ocorreu em 27% dos domicílios pesquisados, e se deu mais precisamente no interior do espaço rural ou micro urbano contíguo.

Corroborando os autores supracitados, Sequeira e Silva (2002) relatam que os domínios rurais constituem-se em ambientes privilegiados por promoverem redes de relação nas quais os indivíduos conhecem mais facilmente os demais membros da comunidade. Esses autores também argumentem sobre a contribuição do rural, no que se refere à manutenção do ritmo de vida do idoso, uma vez que assim se sente estimulado a fazer parte do que passa à sua volta. Dessa forma, o rural proporciona ao idoso um nível de atividade minimamente adequado às suas competências e necessidades tornando-os mais vivos e ativos.

Em suma, verificou-se até aqui as informações pessoais dos idosos, renda, permanência na atividade produtiva e no meio rural. Diante disso, observou-se que, embora a PSR contribua para permanência do idoso no campo, ela pode estar associada ao êxodo rural juvenil, pois os idosos que sobreviveram em meio às dificuldades no campo, não querem ver seus filhos e netos passarem pelos mesmos problemas.

Identificou-se não apenas o êxodo juvenil, mas também a migração de alguns idosos, sobretudo daqueles que mais sofreram, e que não guardam boas recordações do trabalho agrícola. Todavia, na contramão dessa perspectiva, a

maioria dos idosos identifica o rural como o melhor lugar para se viver, e não abrem mão do “descanso do campo.”

No que se refere à renda, verificou-se que para alguns idosos a PSR consiste na própria subsistência, representando fonte única de renda. Para outros, ela se constitui em uma renda complementar, contribuindo para a melhoria do padrão de vida dos idosos. Em alguns casos ainda a PSR ganha destaque por converter-se em seguro agrícola, auxiliando no desenvolvimento da agricultura familiar e de subsistência.

Para alguns entrevistados, a aposentadoria não está atrelada à improdutividade, pois muitos idosos permanecem na atividade agrícola, de modo que a doença é o principal fator responsável por retirar o idoso do trabalho. Ademais, constatou-se que a permanência na atividade agrícola não está relacionada apenas à necessidade financeira ou subsistência, mas à própria autoestima e valorização do idoso frente à velhice e ao ambiente familiar.

Após apresentar as informações sobre renda, permanência na atividade produtiva e no meio rural, adentra-se ao debate acerca da relação entre PSR, consumo e autonomia dos idosos.

4.5 PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL, CONSUMO E AUTONOMIA DOS IDOSOS

A fim de analisar a internalização da PSR na autonomia dos idosos, buscou-se trabalhar com três eixos principais. O primeiro se refere ao consumo, que neste caso corresponde à aquisição de todos os tipos de bens – desde os mais básicos necessários à subsistência, até os bens materiais responsáveis por proporcionar maior conforto e qualidade de vida. O segundo corresponde à autonomia proporcionada pela PSR à mulher frente ao cônjuge. E o terceiro meio de analisar a autonomia do idoso foi frente ao contexto familiar, verificando se os idosos fornecem ajuda financeira a filhos e netos. A seguir, a (TABELA 5) apresenta de forma sucinta estas informações.

TABELA 5 – PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL, CONSUMO E AUTONOMIA DOS IDOSOS

ENTREVISTADO	ADQUIRIU BENS MATERIAIS APÓS SE APOSENTAR	AJUDA FINANCEIRA A FILHOS E NETOS
1	Não	Sim
2	Não	Sim
3	Não	Sim
4	Não	Sim
5	Sim	Não
6	Sim	Não
7	Sim	Não
8	-	Não
9	Sim	Não
10	Sim	Sim
11	Sim	Não
12	Sim	Não
13	Sim	Não
14	Sim	Sim
15	Sim	Sim
16	Sim	Não
17	Sim	Não
18	Sim	Sim
19	Sim	Sim
20	Sim	Não
21	Sim	Não
22	Sim	Não
23	Sim	Não
24	Sim	Não
25	Sim	Sim
26	Sim	Sim
27	Sim	Não
28	Sim	Não
29	Sim	Não
30	Sim	Sim

FONTE: COLETA DE DADOS EM PESQUISA DE CAMPO

De acordo com a (TABELA 5), dentre os trinta entrevistados, 25 informaram que adquiriram bens materiais após se aposentarem. A aquisição de produtos varia de acordo com a renda dos idosos. Aqueles que possuem a PSR como fonte única de renda se restringem a adquirir bem mais básicos. Em contrapartida, os idosos que possuem a PSR como renda complementar se permitem maior conforto consumindo em sua maioria produtos que proporcionam maior qualidade de vida.

No primeiro caso, dos idosos que possuem apenas a renda da PSR, o valor do benefício é destinado principalmente ao pagamento de contas básicas como energia, gás e alimentação, conforme relatam as entrevistadas:

Sempre deu pra se virar né, a aposentadoria é para o rancho e medicamento. (ENTREVISTADA N° 8).

Eu moro sozinha, mas tudo depende de mim, desde o gás, a energia, comida e o que tiver que pagar. (ENTREVISTADA N° 14).

É a comida, luz, água e remédio, quando chega no fim do mês é só o que tu comprou, não sobra mais nada. Tem vezes que ainda não dá né [...] Se não tivesse esse dinheiro não sei o que seria de nós. (ENTREVISTADA N° 21).

Esses idosos também relataram que conseguiram melhorar o padrão de vida, através da aquisição de bens básicos como móveis e eletrodomésticos. A entrevistada n° 19 relata inclusive a divisão no orçamento entre ela e seu marido, ambos aposentados, de modo a conseguirem pagar as contas e comprar o que precisam:

Muita coisa a gente comprou [...] Lá em casa é assim, um mês eu pago a luz e água, outro mês é meu marido. E se nós compramos uma cozinha juntos, então uma prestação é minha e outra dele. E eu gasto bastante com remédio também né! Faltava muita coisa na casa, daí a gente se ajudou. Gastamos a metade cada um assim, onde conseguimos. (ENTREVISTADA N° 19).

Consegui comprar minhas coisinhas pra dentro de casa, uma geladeira, tenho lugar pra lavar roupa, lavanderia. E depois eu comprei máquina pra lavar roupa, comprei televisão. (ENTREVISTADA N° 26).

Há eu fiz minha cozinha toda nova, ficou linda! (ENTREVISTADA N° 30).

Em meio às entrevistas, também foi possível identificar que o empréstimo consignado é um mecanismo ao qual o idoso recorre visando a adquirir bens que não possui condições de comprar à vista, conforme relata a Entrevistada n° 28:

É só porque eles veem que a gente tem né, recebemos por mês. Eu já fiz empréstimo consignado quando eu fiz a casa. Aí eu queria fazer uma cozinha sob medida e faltava um pouco de dinheiro. Eu não queria ficar pagando prestação, aí eu fui lá na Caixa e fiz um consignado de R\$ 80,00 por mês, e aquilo descontou sem perceber. Hoje eu estou lá com meu móvel pronto, já terminei de pagar. Já vem descontado da aposentadoria!

Quando se trata do meio rural, estar aposentado é uma garantia de renda mensal até então desconhecida por muitos produtores rurais, visto que a maioria possui renda semestral ou anual, pois ela varia de acordo com o período da safra. Antes da aposentadoria, o consumo era algo muito restrito, pois o agricultor não possuía uma renda fixa. Entretanto, ao se tornar aposentado, o idoso é convidado a

participar do comércio, podendo efetuar suas compras em prestações, e até mesmo realizar empréstimos em instituições financeiras a juros mais baixos, o que não é o caso da maioria dos agricultores.

No que tange ao papel desempenhado pelas instituições na produção de valores morais, inserem-se as contribuições de Douglas (1998). Conforme a autora, esses são capazes de estabilizar o fluxo da vida social, criando realidades que se aplicam aos indivíduos. Frente a isso, entende-se que a internalização da PSR exerce um alcance moral na percepção do idoso sobre si mesmo. Denota-se, em meio às falas, que os agricultores se sentem mais seguros em consumir após se aposentarem. Desse modo, evitam o risco de serem julgados pela sociedade, por não conseguirem arcar com os compromissos em casos de eventuais prejuízos das safras.

Ao realizar um estudo na zona rural do nordeste brasileiro, Kato (2006) identificou que as aposentadorias trouxeram melhorias ao meio rural através do aumento monetário da renda familiar. Neste âmbito, a autora revela que há uma relação direta entre a concessão de aposentadorias e o aumento da qualidade de vida dos domicílios rural, tendo em vista as melhorias nas condições de moradias e o aumento do acesso aos bens de consumo duráveis por parte dos aposentados.

Na presente pesquisa, a partir dos relatos dos entrevistados, verifica-se que o mecanismo principal utilizado para adentrar ao comércio é a compra de bens através de prestações. É possível identificar que a garantia de uma renda fixa transmite segurança ao idoso, de modo que ele se sente capaz de assumir mensalmente pequenas parcelas a fim de adquirir aquilo que necessita:

A gente reformou a casa! Financiamos estudos, financiamos um trator também, e já terminamos de pagar. (ENTREVISTADO N°4).

Não é um dinheirão, mas ajuda muito. Depois que nos aposentamos, é que nós estamos comprando à prestação na loja, se não vai comprar como? A gente só uma vez por ano pra ter dinheiro com alguma coisa na roça. Aí não dá, vai pagar com que? Eles não vendem por ano lá, eles vendem por mês. Nós adquirimos a maioria das coisas. Bom, não tinha nada. (ENTREVISTADO N° 9).

A gente compra umas coisinhas pra dentro de casa, compra à prestação e consegue pagar direitinho. Eu compro à prestação, porque a gente comprar a vista não pode, não está sobrando dinheiro também. Tinha uma época que ninguém tinha uma geladeira dentro de casa porque não dava pra comprar! (ENTREVISTADA N°13).

Eu pago minhas prestações, compro minhas coisinhas! Móveis, guarda roupa, muita coisa! Minhas roupas eu compro. Eu faço até em 10 vezes, já que eles fazem em 10 vezes. (ENTREVISTADA N°24).

Nós éramos pobres, então depois graças a Deus deu pra comprar as coisinhas que faltava pra dentro de casa, graças a aposentadoria. Eu não tinha quase nada dentro de casa, aí deu pra comprar móveis, eletrodomésticos. A gente tinha só uns trapinhos, e agora já deu pra comprar umas coisas melhores, roupas melhores. (ENTREVISTADA N°27).

A gente faz a prestação conforme vê que dá. Se eu vou fazer uma prestação de R\$120,00, é só aquilo. Eu só vou comprar outra coisa depois de pagar aquilo. Porque nós não vamos gastar todo nosso aposento em móveis, e daí pra comer? E para o remédio? (ENTREVISTADA N°28).

A fim de entender essa mudança de hábito no que se refere ao consumo, cabe retomar as contribuições de Hodgson (2006). Para o autor, um hábito pode emergir em determinado contexto, a partir de um estímulo, como uma disposição a se engajar em novos comportamentos. Nesse caso, o consumo através de financiamentos e prestações teve como estímulo a PSR. Essa, ao ser internalizada na vida dos idosos, por se traduzir em uma renda mensal, contribuiu para que os idosos desenvolvessem o hábito de comprar em prestações.

O conceito de efeito reconstitutivo descendente proposto por Hodgson (2003) também é central para entender o consumo dos idosos. Segundo o autor, as instituições podem exercer uma pressão persuasiva sobre os indivíduos, capaz de moldar suas aspirações, desejos e preferências. Assim, pode-se inferir que a PSR atuou na reconstituição dos hábitos dos idosos no que se refere ao consumo, pois o que se verificou foi uma mudança de comportamento. Afinal, antes da aposentadoria, por falta de recursos, os idosos não tinham o hábito de frequentar o comércio e, quando o faziam, efetuavam suas compras à vista.

Quanto aos idosos que possuem a PSR como renda complementar, em alguns casos, verificou-se que o benefício é destinado ao pagamento das contas fixas. Assim, indiretamente essa renda favorece o consumo, uma vez que o recurso que antes era reservado para as despesas da casa, agora pode ser empregado na aquisição de outros bens, conforme relata o Entrevistado n°9:

Eu comprei um carro zero, e com a minha aposentadoria eu pago o carro. Você tem essa renda que é uma garantia, ela te permite que com o outro dinheiro você compre outras coisas. Aí você sabe que aquele é garantido, e pode usar o outro pra comprar alguma coisa. Então indiretamente ele te permite comprar.

No que se refere a esses idosos que possuem a PSR como renda complementar, também se identificou que, embora a maioria tenha desenvolvido o hábito de comprar a prazo, há aqueles que não abrem mão de comprar à vista. Nestes casos, denota-se novamente a sobreposição de um estilo de vida, visto que alguns idosos preferem fazer economia e juntar o valor que necessitam para efetuar determinada compra à vista, conforme relatam as entrevistadas:

Comprei esse freezer e geladeira semana passada, foi com meu dinheiro porque eu vou guardando. Eu não gosto de comprar em prestação, daí quando eu tenho ali bastante eu compro uma peça, compro aquela geladeira, e eu vou trocando. [...] É uma garantia! Eu compro minhas coisinhas, dou presente. Fim de ano me ajuda bastante. (ENTREVISTADA N°16).

A gente comprou bastante! Mas nunca faço mais do que a perna né! Eu sempre faço em duas vezes ou à vista, porque eu não gosto de deixar o dinheiro lá, daí é melhor pagar à vista né! (ENTREVISTADA N°23).

As entrevistas também permitiram identificar a internalização da PSR na autonomia da mulher frente ao cônjuge. Percebe-se, em meio às suas falas, que antes da aposentadoria as mulheres eram dependentes de seus maridos, pois eram eles que administravam o recurso proveniente da lavoura. Como o dinheiro era empregado em sua maior parte no pagamento das contas básicas, as mulheres praticamente não tinham acesso à renda e, quando precisavam, tinham que pedir ao marido. Com a aposentadoria, as mulheres passam a ter acesso direto à renda e adquirem com isso maior independência e poder de decisão frente ao cônjuge. Esse, após se aposentar, permanece responsável pelas contas fixas da casa, e a mulher conquista a autonomia de comprar o que quer com sua renda, conforme relatam as entrevistadas:

Quando a gente era lá da roça, a lavoura nunca dava nada. Eu nunca tive nada, então quando eu me aposentei ele ria de mim. Eu dizia: “agora eu vou fazer pra mim, o meu dinheiro é meu dinheiro, porque até agora eu só trabalhei e nada.” Aí ele disse: “há só o que falta!” Eu disse: “não, nós até hoje passamos sem aquilo, agora eu vou comprar assim uma pecinha hoje, uma pecinha amanhã.” Tinha aquele meu colchão velho que doía a coluna, aí fui comprando um pouquinho da cozinha, uma mesa. Era tudo cacareco velho. Então eu fui muito ajudada pela previdência. (ENTREVISTADA N°7).

Eu dependia muito do outro né, agora eu não peço mais nada porque o dinheiro que eu ganho é tudo pra mim. [...] É pouco mas se saber repartir dá

pra fazer bastante. Ele não pertence pra comprar comida pra dentro de casa essas coisas. (ENTREVISTADA N°16).

Antes a gente não conseguia comprar um carro velho, e depois a gente foi economizando e já deu pra fazer isso também né [...] Lá em casa é assim, ele paga a energia, telefone, água e a prestação do carro; e eu faço rancho, já compro alguma coisa que eu quero comprar pra dentro de casa né. (ENTREVISTADA N°18).

Eu não dependo do meu marido. Eletrodoméstico já comprei muito, eu compro bastante coisa! [...] Não é muito, mas antes isso do que nada né. A pessoa que está na roça, com 60 anos, depender ainda do marido, aí é ruim né! [...] Graças a Deus as roupas que eu tenho eu compro tudo com o dinheiro que eu me aposentei. Não dependo mais nada do meu marido. E uma vez, que os maridos não davam nada pra mulher?! (ENTREVISTADA N°23).

A gente compra muita coisa, compra uma geladeira, compra uma máquina. Quanta coisa que a gente comprou! A gente paga por mês com esse dinheiro da aposentadoria. Vem um viajante tu compra roupa, passa outro e tu compra uma coberta né. Sempre usa aquilo, eu né, porque o dinheiro dele já usa mais pra pagar as contas. O meu eu uso, compro roupa, coberta, panela, tudo coisa que precisa para dentro de casa [...] Eu não guardo nada, e quando eu morrer? Vou aproveitar o meu dinheiro agora, me compro roupa, calçado. (ENTREVISTADA N°25).

Em seu dossiê Previdência Social Rural e gênero, Brumer (2002) ressalta a problemática da invisibilidade do trabalho feminino. Embora as mulheres exerçam inúmeras tarefas destinadas à produção, o fato de suas atividades serem domésticas faz com que elas não sejam reconhecidas como trabalho. Também por esse motivo, antes da aposentadoria, as mulheres eram mais dependentes de seus cônjuges.

No debate sobre gênero, Brumer (2002) ressalta que as mulheres ganham destaque como beneficiárias da PSR por terem acesso ao benefício cinco anos antes que os homens. Segundo a autora, a PSR se traduz em valor simbólico, pois as mulheres que nunca tiveram remuneração pelos trabalhos realizados passam a ter uma conta e um cartão em seus próprios nomes, com uma renda regular. Com isso, elas adquirem maior consciência sobre seus direitos, bem como a autonomia para decidirem como irão utilizar o recurso.

A presente pesquisa também permitiu identificar que, após a aposentadoria, os idosos passam a dedicar mais tempo e renda às atividades relacionadas ao entretenimento. Visto que a maior parte das entrevistas foi realizada em Clubes da Terceira Idade e Clube de Mães, a partir delas, identificou-se que, ao se aposentarem, muitos idosos passam a interagir nas confraternizações desses

grupos. Em meio à interação social, os idosos passam a despender parte da renda com novas atividades, a exemplo de passeios, confraternizações e viagens em grupo, conforme relatam as entrevistadas:

Se não é a terceira idade onde que nós íamos conhecer tantos lugarzinhos! (ENTREVISTADA N°10).

É o meu hobby passear, eu queria passear sempre. Já fui quantas vezes! Lá no Paraguai, já fui duas vezes. Em dois anos eu fui duas vezes, agora eu ia de novo esse ano, mas não quis mais. [...] Ah mas eu gosto de passear, nossa. Nós fomos a Bento Gonçalves esse tempo atrás. Ele não gosta muito de passear comigo, o meu marido, mas lá ele foi e gostou; e ele já foi passear em Curitiba também. (ENTREVISTADA N°16).

O ano passado eu fui para Aparecida, aí agora estou pagando de novo. É bastante amiga, tudo gente conhecida, e a gente se sente bem né! (ENTREVISTADA N°25).

A gente sempre viveu no interior né, trabalhando na lavoura, e agora com esse dinheirinho a gente aproveita, vai passear. Na nossa idade agora é só para aproveitar a vida né. (risos) (ENTREVISTADA N°27).

É, eu não tenho dinheiro em poupança, eu vou lá recebo, e já tenho onde botar. E eu passeio, já fui pros EUA, e agora estou com vontade de ir o ano que vem pra Europa com a nora e o filho passear, então a gente tem que ir guardando né, da aposentadoria. (ENTREVISTADA N°28).

Eu estou toda tarde no clube de mães. Já fomos a Gramado, Gravatal, muito legal! (ENTREVISTADA N°30).

De acordo com Bourdieu (2005) o gosto, sendo a fórmula geradora que se encontra na origem do estilo de vida, é capaz de assemelhar coisas e pessoas que se ligam. Para esse autor, as decisões, em sua maior parte, ocorrem em meio a um coletivo, o que permite inferir que a interação social levou os idosos a aderirem a tais entretenimentos.

Ademais, cabe salientar segundo Douglas (1998) que o pensamento institucional em meio a um grupo legitimado pode condicionar a ação humana, levando os indivíduos a desenvolverem preferências e sentimentos semelhantes, sustentando desta forma o padrão de interação. Por este motivo, a autora revela que o agrupamento social é definido pelo seu estilo de pensamento.

Nesta pesquisa, para além da internalização no consumo, no entretenimento e na autonomia da mulher, verificou-se que, na maioria dos casos, a PSR tem como destino a aquisição de medicamentos. Conforme relataram alguns entrevistados, o

Sistema Único de Saúde (SUS) não fornece todos os remédios necessários, então nesses casos os idosos recorrem à aposentadoria. Essa renda também é direcionada à saúde quando os idosos precisam realizar consultas médicas. A maior parte dos entrevistados não possui plano de saúde, então quando emerge a necessidade de uma consulta médica é preciso pagar pelo acesso ao serviço privado:

Esses dias eu fui pagar uma consulta e foi R\$250,00. E depois os remédios? Foi mais de R\$450,00 de remédio, isso pra um mês. (ENTREVISTADA N°26).

Eu gasto a base de R\$200,00, tem vezes que é R\$150,00. Conforme tem remédio que é caro, tem uma caixinha que eu pago quase R\$100,00. (ENTREVISTADA N°10).

Ai eu acho que um aposento vai só pra remédio. Imagina cada injeçãozinha que eu faço no meu joelho é R\$80,00. Se é pra eu depender de eu trabalhar pra mim viver, eu morro de fome. (ENTREVISTADA N°11).

É bem chuliadinho, porque o remédio, eu tomo duas cartela todo mês, sai R\$100,00 a cartelinha. (ENTREVISTADO N°12).

Ai o remédio é tanto, tanto, tanto que Deus o livre. Se nós não precisássemos comprar remédio estávamos no céu. (ENTREVISTADA N°15).

Gasto muito de remédio, muito mesmo. É difícil, porque os remédio mais caro no SUS não tem, e as vezes também nem aquele mais simples também não tem. E como eu preciso urgente, eu sou obrigada a comprar na farmácia. (ENTREVISTADA N°17).

Os remédios que a gente precisa, o posto não é tudo que dá, as vezes a gente tem que comprar. Por exemplo, uma consulta as vezes tem que pagar, então aquele dinheiro ali ajuda. (ENTREVISTADA N°23).

Conforme a (TABELA 5), dentre os trinta entrevistados, apenas quatro declaram que não adquiriram bens materiais após se aposentarem. Todavia, eles relataram que ajudam financeiramente filhos e netos. A partir da (TABELA 5), verifica-se que 12 idosos exercem essa contribuição. Em alguns casos, o auxílio não é feito necessariamente em dinheiro, mas em alimentos, sendo essa a melhor forma que o agricultor encontra para ajudar seus familiares. A seguir estão alguns depoimentos em que os idosos relatam tais situações:

Olha, sabes que sempre tem aquele que é solidário. [...] Tem pessoas que conseguem chegar a esse ponto de se aposentar e continuar ainda produzindo na sua atividade. Aquilo ali passa a ser mais uma renda, então

ele até pode ajudar um filho, ou ajudar uma outra pessoa. (PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IÇARA).

Eu me mantenho com a minha renda, o filho que trabalha na agricultura está com dificuldade, e eu estou ajudando ele. (ENTREVISTADO N°1).

Meus filhos, estou ajudando ainda, eles têm uns financiamentos e eu estou ajudando. (ENTREVISTADA N°10).

Já ajudamos bastante. Na hora de uma precisão por uma doença, nós ajudamos. Arruma às vezes, e depois eles vão devolvendo conforme eles podem. Porque dá a gente também não pode né, é pouquinho. Daí nós ajudamos assim. (ENTREVISTADA N°18).

Nós vivemos com o dinheiro do aposento, mas quando às vezes os outros se apertam, a gente vai ceder também, só que eles pegam emprestado mas devolvem depois. (ENTREVISTADA N°19).

Que nem os meus filhos, nós moramos ali, e eles dependem de nós ainda, porque uma carne eles não compram, ovos eles não compram. Eles só fazem aquele ranchinho, e vêm pegar tudo lá em casa. (ENTREVISTADA N°23).

Eles trabalham mas comem ali em casa, porque a gente é uma família né, trabalha junto. A gente ajuda os filhos, porque os filhos comem em casa né. Eles trabalham, mas sabe como é, eles não ganham lá muito dinheiro [...] Eu também tenho as netas, que é sempre assim, então a gente ajuda um pouco também. (ENTREVISTADA N°25).

Percebe-se, a partir dos depoimentos, que em alguns casos o auxílio dos idosos é destinado àqueles filhos que permanecem com dificuldade no meio rural. Em outras falas, verifica-se a contribuição dos idosos com aqueles filhos que trabalham fora do meio rural, mas que também enfrentam dificuldades e, por isso, se alimentam na casa dos pais. Essa situação é marcada pelo *habitus*, característico do camponês, de fazer as refeições em família. “Onde come um, comem dois!” – Este pensamento está atrelado ao estilo de vida de quem vive no campo. Frente a isso, ajudar os filhos, fornecendo-lhes alimentos, torna-se uma prática comum no meio rural.

Também é central o papel da mulher nesses casos. A mãe carrega consigo o *habitus* de estar atenta às necessidades de seus filhos, então muitas vezes ela se previne e faz uma reserva financeira colocando-se à disposição para auxiliar quando for preciso. Conforme relata a Entrevistada n°14: “um pouco eu compro remédio e um pouco vai pra ajudar a filha. E tem mais outra que de vez em quando eu também ajudo. O aviário agora está meio fraco então eu ajudo. Eu guardo um dinheirinho e dá pra ajudar”.

Nesses casos, verifica-se novamente a relação da PSR com a formação dos valores morais, visto que o benefício inverte o papel do idoso dentro do ambiente familiar, de modo que ele passa a dar assistência frente às necessidades da família. Em contrapartida, antes da implementação da PSR, ao abandonarem a atividade agrícola por motivos de doença, os idosos se tornavam dependentes de seus filhos. Por esse motivo, fala-se que a PSR inverteu o papel do idoso no ambiente familiar. Para Delgado e Cardoso Jr. (1999) essa inversão de papéis garante a valorização e a autonomia do idoso no contexto em que ele está inserido. Alguns idosos falaram sobre o sofrimento dos seus pais à época em que não havia a PSR, e reconhecem que essa renda trouxe-lhes independência:

A gente gasta muito com remédio, mas e se não fosse isso aí? Que nem os nossos pais que não tinham nada! Eles quando conseguiram ganhar um pouquinho já logo faleceram. Então a gente com isso aí já ajuda bastante. (ENTREVISTADA N°8).

Agora a gente fica independente, entra o dinheirinho lá. Se não pode trabalhar vai depender dos filhos? Aí dinheiro de onde se não pode trabalhar? (ENTREVISTADO N°9).

Meu Deus o meu avô né, ele naquela época não tinha, porque também não é tantos anos que veio esse aposento. Meu pai trabalhava na roça e era o pai que sustentava ele. Gente que sacrifício, tu não via nem a cor do dinheiro. (ENTREVISTADA N°15).

Se a gente tem o troquinho da gente, já é muita coisa. [...] Eu me lembro da minha falecida mãe, das minhas tias: elas viviam na roça, velhinhas, sem um trocadinho, não dava nem pra comprar uma roupinha. (ENTREVISTADA N°23).

O aposento ajuda muito. Seria muito pior, depender dos filhos, eles também têm a vida deles. (ENTREVISTADA N°25).

O aposento foi a melhor coisa que existiu! Porque eu me lembro na época dos falecidos meus avós, as dificuldades que eram. E agora essa aposentadoria melhorou para os velhinhos! (ENTREVISTADA N°27).

É pouco com ele e pior sem ele! Porque antigamente não tinha, às vezes a gente para pra pensar, estes velhos antigos que não tinham nada! E tudo pobre, como é que viviam? A gente pensa nisso aí! Hoje dou graças a Deus, por ter esse aposento rural. (ENTREVISTADA N°28).

Há, é tudo! Se não fosse aposentada eu estaria à custa dos filhos, só o que me falta. É sobrevivência! (ENTREVISTADA N°30).

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Içara revela a importância da PSR para manutenção do idoso do campo, bem como a transformação proporcionada pela renda na vida dos idosos e de seus familiares:

O pessoal lá na agricultura, ainda ele consegue aos trancos e barrancos chegar até os 60 anos e aí ele permanecer (que é o direito do homem se aposentar e a mulher é 55). Depois que ele consegue receber esse benefício a gente vê a transformação da família. [...] Passou a ter um dinheirinho para pelo menos comprar o remédio, para alimentação, então ele passou a ter outra qualidade de vida [...] Na atividade da agricultura eles têm a dificuldade, porque a renda que entra não é mensal. São poucos aqueles que têm a renda mensal, às vezes ela é semestral, ou até anual. Então aqueles que têm o benefício da previdência, eles usam isso para o sustento da família, diário e mensal: é energia, sempre tem que comprar alguma coisa no mercado, é o remédio, é a consulta onde eles acabam fazendo uso desse dinheiro.

Em um estudo realizado com 65 idosos rurais, no município de Viçosa/MG, Tavares et al (2011) demonstram que 80% dos aposentados eram responsáveis por, no mínimo, metade da renda de suas famílias. Deste modo, embora a renda da aposentadoria seja considerada uma ajuda, ela é imprescindível para a sobrevivência das famílias rurais, o que denota, em muitos casos, situação de dependência. Dentre os motivos que levam à situação de dependência Tavares et al (2011) destacam os problemas econômicos e familiares, desemprego e baixa remuneração, independente de os filhos coabitarem ou não com os idosos. Ademais, estes autores revelam que na percepção dos idosos, contribuir para a manutenção econômica de suas famílias é uma obrigação.

De modo geral, essa análise permitiu identificar que a PSR se naturaliza na vida dos idosos ultrapassando seu estágio de convenção frágil, instituindo-se em meio ao *habitus* e internalizando-se através da reconstituição dos hábitos. A PSR ganha destaque por se tornar uma renda indispensável à vida dos idosos. Para alguns, ela representa a própria sobrevivência, pois permite a aquisição de medicamentos, alimentos e é destinada ao pagamento das contas básicas. Para outros, ela atua na melhoria da qualidade de vida, promovendo a valorização do idoso frente à sociedade e ao próprio ambiente familiar.

No que se refere à mulher, verificou-se que, por se constituir em uma fonte de renda fixa, a PSR se traduz em poder de compra. E esta adquire também um valor simbólico por proporcionar à mulher maior poder de decisão acerca do destino da renda e, por consequência, autonomia frente ao cônjuge. No que tange ao consumo, a PSR não só atuou como estímulo à reconstituição de novos hábitos,

mas também passou a influenciar novas aspirações, desejos e preferências promovendo alterações profundas na vida dos idosos.

A seguir o (QUADRO 2) sintetiza os principais fatores impactados pela PSR na presente pesquisa

CONTRIBUIÇÃO DA PSR PARA MANUTENÇÃO DOS IDOSOS NO CAMPO	INTERNALIZAÇÃO DA PSR
Em alguns casos a PSR assume a função de renda complementar, em outros significa a própria subsistência dos idosos.	Na melhoria no padrão de vida dos idosos, através da aquisição de bens e produtos (medicamento, móveis, eletrodomésticos, etc.)
O principal destino da PSR é o pagamento de contas básicas como energia, gás, saúde e alimentação.	Na reconstituição dos hábitos dos idosos no que se refere ao consumo, pois o que se verificou foi uma mudança de comportamento.
Constatou-se uma relação entre a PSR e o êxodo rural juvenil.	Na conversão do seguro previdenciário em financiamento estudantil.
A aposentadoria não está atrelada à improdutividade; o que retira o idoso do trabalho é a doença.	Na percepção do idoso sobre si mesmo, passando de assistido para assistente.
Para a maior parte dos idosos que permaneceram na atividade agrícola, a PSR contribui para manutenção da produção.	Na conversão de seguro previdenciário em seguro agrícola.
Embora a PSR contribua para permanência do idoso no campo, em contrapartida favorece a sobrevivência dos idosos fora do meio rural.	Em atividades relacionadas ao entretenimento (passeios, confraternizações e viagens em grupos)
Todos os idosos afirmaram que cultivam uma horta em suas casas. Por mais que o idoso deixe de residir na área rural, ele mantém os hábitos que adquiriu no decorrer da vida.	Na autonomia e independência dos idosos, sobretudo da mulher frente ao cônjuge.
O rural proporciona ao idoso um nível de atividade minimamente adequado às suas competências e necessidades tornando-os mais vivos e ativos.	No estímulo a novas aspirações, desejos e preferências promovendo alterações profundas na vida dos idosos.

QUADRO 2 - PRINCIPAIS FATORES IMPACTADOS PELA PSR NA PRESENTE PESQUISA

FONTE: O autor (2015)

Após concluir a análise acerca do consumo e autonomia dos idosos, a seguir estão as considerações finais acerca do que foi observado no decorrer desta pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao objetivo geral, que foi analisar a internalização da PSR na vida dos idosos em municípios pertencentes à região da AMREC, dividiu-se a presente pesquisa em três objetivos específicos: analisar a inserção da PSR nos municípios pertencentes à região; verificar qual a contribuição da PSR para manutenção dos idosos no campo em municípios pertencentes à região; e por fim, mostrar como a PSR se efetiva na vida dos idosos – no que tange à atividade produtiva, gastos com medicamentos, consumo, entretenimento, dentre outros aspectos.

Ao verificar a inserção da PSR nos municípios pertencentes à região, no que tange à dinâmica populacional, observaram-se duas questões centrais. Houve uma redução no número de habitantes rurais em todos os municípios da região. E os municípios que apresentam as maiores taxas de envelhecimento humano são os mesmos cuja população rural se destaca em relação à total. Frente a isso, evidenciou-se na presente pesquisa os fenômenos do êxodo rural e do envelhecimento do campo, bem como a necessidade de se verificar a relação da PSR com ambas as questões.

Ao avaliar o papel da PSR na redução da desigualdade de renda, verificou-se que sua contribuição é maior nos municípios cuja renda per capita agrícola é mais baixa. A inserção dessa renda também se reflete no comércio local dos pequenos municípios. Nesses casos o papel desempenhado pela PSR abrange a esfera econômica se estendendo para além do contexto familiar. E no contexto geral, constatou-se que a inserção da PSR na região contribui para redução da desigualdade de renda entre os municípios da região.

Ao analisar a contribuição da PSR para manutenção dos idosos no campo em municípios pertencentes à região, emergiram quatro observações centrais. Primeiramente, que a PSR está associada ao envelhecimento do campo em dois âmbitos: por permitir que o idoso permaneça no meio rural com maior qualidade de vida e por se traduzir em financiamento estudantil ou em auxílio às famílias cujos jovens querem migrar para a cidade. Em segundo, observou-se que a PSR não está atrelada à improdutividade, pois a maior parte dos idosos permaneceu exercendo a atividade agrícola. Em terceiro, verificou-se nesses casos a conversão do seguro

previdenciário em seguro agrícola. Por último, evidenciou-se que a PSR também possibilita a saída do idoso do campo traduzindo-se em fonte de subsistência para aqueles que migram para a “praça”.

Neste âmbito, identificou-se que o principal motivo responsável pela redução da população rural é a falta de políticas públicas no campo. Os jovens, em sua maioria migram em busca de oportunidades relacionadas ao estudo e a carreira profissional. E especialmente no caso dos aposentados, o que os leva a saírem do campo é a busca por segurança, pois muitos sofrem com a falta de policiamento próximo às suas residências. Enquanto o rural encontra-se à margem, a cidade emerge na visão de alguns aposentados como um espaço de socialização, onde há comércio, lazer, entretenimento bem como a oferta de serviços público e privado de saúde.

Contudo, seja por simbolizar a própria subsistência, por proporcionar maior conforto e qualidade de vida, ou por se traduzir em seguro agrícola, evidenciou-se o que outros estudos já vêm demonstrando, que a PSR contribui para permanência do idoso no meio rural. Pois a maior parte dos entrevistados relatou que não abre mão do “descanso do campo” e que, se somar a aposentadoria à agricultura de subsistência, tem-se uma qualidade de vida muito melhor comparada com aqueles que residem na cidade.

A fim de contemplar o terceiro objetivo, verificou-se o processo de internalização da PSR através de quatro eixos centrais. O primeiro deles se refere à relação entre o benefício com a formação de valores, de modo que a PSR exerce um alcance moral acerca da percepção do idoso sobre si mesmo. No que tange ao consumo, a PSR fixa identidade por meio da reconstituição do hábito, possibilitando a aquisição de produtos através de prestações e financiamentos. Constatou-se a questão do efeito reconstitutivo descendente, na qual a PSR passou a moldar as disposições, preferências, metas, capacidades, habilidades e até mesmo os valores individuais dos idosos. Por fim, um importante meio pelo qual a PSR internaliza-se é na autonomia da mulher frente ao cônjuge; por se constituir em uma fonte de renda fixa, a PSR se traduz em poder de compra e por consequência adquire um valor simbólico, visto que a mulher passa a ter mais poder de decisão e maior consciência sobre seus direitos.

Na perspectiva dos idosos, a PSR possui um significado singular. Para alguns, ela representa um complemento na renda, permitindo mudanças e melhorias no padrão de vida. Para outros, ela é a única fonte de renda responsável pela manutenção da sobrevivência, principalmente no que se refere à saúde e alimentação. De modo geral, em ambos os casos, verifica-se que a PSR exerce um papel fundamental na vida dos idosos, pois todos concordam que, sem essa renda seria muito mais difícil encarar o envelhecimento.

Embora a PSR tenha sido tardiamente implementada no Brasil, ao consolidá-la, o Estado reconheceu a velhice como questão social. Essa foi uma demanda cujo alcance atingiu a autonomia do Estado que, em sua função de árbitro, reafirmou-se ao legitimar a PSR como um direito básico aos residentes rurais. Esta pesquisa mostrou que, ao instituir a PSR no Brasil, o Estado promoveu transformações consideráveis na vida dos idosos do campo.

Por fim, a PSR internaliza-se ao se tornar, de política pública, um meio pelo qual os idosos conseguem viver melhor essa fase da vida. Tal renda possibilita a inserção dos idosos em atividades sociais e culturais, de modo que, em meio à vivência, eles partilham suas experiências de vida. Segundo Douglas (1998), os indivíduos compartilham seus pensamentos e, até certo ponto, harmonizam suas preferências. Contudo, o único meio pelo qual tomam suas decisões é na esfera das instituições que eles mesmos constroem. A PSR se internaliza, portanto, ao garantir autonomia e independência, criando assim as condições para que a velhice seja um momento propício à elaboração e execução de projetos de vida.

Vale lembrar que o objetivo central desta pesquisa limitou-se a analisar em profundidade as mudanças institucionais provocadas pela PSR na vida dos idosos. Logo, entende-se que a amostra construída por acessibilidade é legítima. A escolha pelos Clubes dos Idosos e Clubes de Mães, igualmente, pautou-se na representatividade da população local, uma vez que nos referidos municípios há uma participação considerável de aposentados nas atividades propostas pelos clubes.

Contudo, reconhece-se que, caso fossem entrevistados outros idosos, não integrantes dos clubes ou residentes em outros municípios, os resultados poderiam sofrer alterações devido à mudança na amostra. Outro meio de se verificar os efeitos positivos da PSR é através de pesquisas no comércio local desses municípios, a fim

de se analisar a inserção da PSR no contexto econômico da região. Frente às delimitações da presente pesquisa, essas são propostas que ficam como sugestões para futuros trabalhos.

Outra sugestão para pesquisa, igualmente relevante, seria analisar o acesso dos idosos à PSR. Embora esta política não imponha condicionalidades quanto ao nível de renda, ela requer a comprovação da atividade agrícola. E infelizmente, por desconhecer os procedimentos necessários à aposentadoria, muitos idosos não conseguem ter acesso ao benefício. Se por um lado, a PSR atua como uma política indispensável à vida dos idosos do campo, por outro, ela ainda deixa a desejar por deixar à margem parte de população que de fato tem direito ao benefício e não consegue acessá-lo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Futuro da regiões rurais**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003. 149 p.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e Capitalismo no Campo. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. P. 111-122.

ALBUQUERQUE, Francisco José B.; LOBO, Alexandre Lucena; RAYMUNDO, Jorge da Silva. Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais. **Psicologia: Reflexão e Crítica** [online], v.12, n.2, p. 503-519, 1999.

AUGUSTO, Hélder dos Anjos; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. O envelhecimento e as aposentadorias no ambiente rural: um enfoque bibliográfico. **Organizações Rurais & Agroindustriais** [online], v. 7, n. 2, p. 199-208, mai-ago, 2005.

BARBOSA, Rômulo Soares. A previdência social rural na Constituição de 1988: a perspectiva dualista da Contag. **Acta Scientiarum Human And Social Sciences**, Maringá, v. 30, n. 2, p.129-136, 2008.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. TRAJETÓRIA DOS ESTUDOS DE VELHICE NO BRASIL. **Sociologia, Problemas E Práticas**, n. 52, p.109-132, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n52/n52a06.pdf>>. Acesso em 27 out. 2012.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; DE OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto; PINHEIRO, Sonoê Sugahara. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. Texto para discussão n° 759. Brasília: IPEA, 2000.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão. **Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros: resultados não-esperados dos avanços da seguridade rural**. Texto para discussão n° 1066. Brasília: IPEA, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. 213 p.

BERTUZZI, Daiane; MANGANELLI PASKULIN, Lisiane Girardi; MORAIS, Eliane Pinheiro de. Arranjos e rede de apoio familiar de idosos que vivem em uma área rural. **Texto e Contexto Enfermagem**, V. 21 (1): 158-166; março. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072012000100018&script=sci_arttext>. Acesso em 30 mar. 2013.

BEZERRA, Antonio Jorge Amaral. **A agricultura familiar e a universalização dos direitos sociais**: estudo sobre a previdência social rural no município de Morro Redondo, Rio Grande do Sul. 2006. Tese. (Doutorado em Agronomia) – Curso de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas – RS. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20062942003016010p7>. Acesso em 21 fev. 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira. **Psicologia e Sociedade**; V. 15 (1): 57-96; jan./jun.2003. Disponível em: <<http://www.mendeley.com/research/implicaes-da-reforma-da-previdncia-na-seguridade-social-brasileira/>>. Acesso em 14 mai. 2012.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. **Política e Sociedade**, v. 4, n. 6, p.15-57, 2005.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo e Porto Alegre: Edusp e Zouk, 2008. 556 p.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, v 4, n. 7, p.50-81, jan/jun 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7.pdf>>. Acesso em 15 set. 2012.

CALDAS, Nádia Velleda; ANJOS, Flávio Sacco dos; BEZERRA, Antônio Jorge Amaral. ¿Envejeciendo en la pobreza? Universalización de los derechos sociales en la agricultura familiar del sur de Brasil. **Trayectorias**, v 9, n 25 p.78-88, set/dez. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=60715120008>>. Acesso em 10 mar. 2014.

CALDAS, Nádia Velleda. **Agricultura familiar e previdência social rural**: um estudo comparativo em quatro municípios gaúchos. 2008. Dissertação. (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) - Curso de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas – RS. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2008942003016025p4>. Acesso em 22 fev. 2012.

CAMARARANO, Ana Amélia; ABRMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Texto para discussão nº 621. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CARDOSO, Adalberto. Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. **Dados**, v 53, n.4, p.775-819, 2010.

CARNEIRO, Maria José. "Rural" como categoria de pensamento. **Ruris**, volume 2, p. 09-88, mar.2008. Disponível em: < http://www.ifch.unicamp.br/ceres/2008-maria_carneiro.pdf>. Acesso em 19 set. 2012.

CASTRO, Jorge Abrahão. Política Social no Brasil: marco conceitual e análise da ampliação do escopo, escala e gasto público. **Revista brasileira de monitoramento e avaliação**. Brasília, V. 1. Jan-jun/2011.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1991. 164 p.

CORADINI, Lucas. Autonomia e Projetos Profissionais das Jovens na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul. In: BRASIL, Presidência da República. **3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações e artigos científicos vencedores**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 2008.p.176-188.

DELGADO, Guilherme C.; CARDOSO Jr., José Celso. **O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente de universalização**. Texto para discussão nº 688. Brasília: IPEA, 1999.

DELGADO, Guilherme C.; CARDOSO Jr., José Celso. **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a Previdência Social Rural na região sul do Brasil**. Texto para discussão nº 734. Brasília: IPEA, 2000.

DELGADO, Guilherme; CASTRO, Jorge Abrahão de. Financiamento da Previdência Rural: situação atual de mudanças. In: **Base de financiamento da Previdência Social: alternativas e perspectivas**. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2003. Cap. 4, p. 107-126. (19)

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EDUSP, 1998. 141 p.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a Constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. São Paulo: Paz e Terra, 1985. 399 p.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. Uma perspectiva transatlântica da política de privatização latinoamericana. In: COELHO, Vera Schattan (Org.). **A reforma da Previdência Social na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

FAVONI, Célio. A Previdência Social brasileira como política pública de renda nos municípios. **A Previdência Social na economia dos municípios**, v 12, Brasília: MPAS, jan./mar. p. 69–122, 2001.

FLEURY, Silvia. A seguridade social inconclusa. **A Era FHC e o governo Lula: transição**. Brasília: INESC, p.110-119, 2004. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/livros/a-era-fhc-e-o-governo-lula>>. Acesso em: 15 mai. 2012.

FROEHLICH, José Marcos et al. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 9, set. p. 1674-1680. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782011000900030&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 mai. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005. 319 p.

GUIMARÃES, Juarez Nonato; SANTOS, Carlos Alberto da Penha. Participação da Previdência Social como Fonte de Riqueza no Município de Ferros/MG. **Revista de Administração da Unimep**, v 6, n.1, p. 81-100, jan-abr, 2008.

HODGSON, Geoffrey. The hidden persuaders: institutions and individuals in economic theory. **Cambridge Journal of Economics**, v. 27, pp. 159-175, 2003.

_____. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, v. 40, n.1, pp. 1-25, 2006.

IBGE. **Banco de Dados Agregados**. Censo 2010. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1552&z=cd&o=5>. Acesso em: 10 fev. 2012.

IPEA. Estado e uma nação. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise, n 18. Brasília: IPEA, 2010.

KATO, Rosa. **Previdência social na zona rural do Nordeste brasileiro: análise do seu impacto sobre a pobreza e a distribuição de renda em 1991 e 2000**. 2006. 91 pg. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. 270 p.

Ministério da Previdência Social. **Estatísticas municipais 2013**. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=483>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

MOTTA, Alda Britto da. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. **Sociedade e Estado**, vol.25, n.2, p. 225-250, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922010000200005>>. Acesso em 10 ago.2012.

PITELIS, Christos. "On the nature of the capitalist state." **Review of political economy**, 6(1): 72-105, 1994.

SAES, Décio Azevedo Marques de. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 42, p.379-410, ago. 2001.

SCHWARZER, Helmut. **Impactos socioeconômicos do sistema de Aposentadorias Rurais no Brasil**: evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará. Texto para Discussão nº 729. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

SCHWARZER, Helmut; QUERINO, Ana Carolina. **Benefícios sociais e pobreza: programas não contributivos da seguridade social brasileira**. Texto para discussão nº 929. Brasília: IPEA, 2002.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SCREPANTI, Ernesto. **The Fundamental Institutions of Capitalism**. Londres: Routledge, 2001.

SEQUEIRA, Arménio; SILVA, Marlene Nunes. O bem estar da pessoa idosa em meio rural. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 20, n. 3, jul. p.505-516. 2002. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312002000300023&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 jul. 2014.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SIMONATTO, Ivete. **Reforma do Estado e Políticas Públicas: Implicações para a sociedade civil e para a profissão**. Florianópolis, 1997.

SKOCPOL, Theda. **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. **A questão agraria na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 177p.

A democracia interrompida. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. 384 p.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2006. 346 p.

SUGAMOSTO, Marisa. **Velhice e benefício previdenciário entre os agricultores familiares do município de Colombo – Paraná**. In. (Orgs.) BRANDENBURG, Alfio et al. *Ruralidades e Questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas*. Brasília: MDA, 2007.

TAVARES, Vivian Oliveira et al. Interfaces entre a renda dos idosos aposentados rurais e o contexto familiar. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.10, n. 1, p.94-108.

jan-jul. 2011. Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/8725>>. Acesso em:
12 fev. 2014.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores associados, 2003. 304 p.

VINHAS, Moisés. Problemas agrário-camponeses do Brasil - 1968. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional 1500 - 1960. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 127-168

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. **Una nueva ruralidad en América Latina?**. Argentina, 2001. Disponível em:
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em 12 set. 2012.

WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 181p.

ZIMMERMANN, Clóvis. A Previdência Rural Brasileira no Contexto das Políticas Públicas. **Revista Espaço Acadêmico**. N.48, Maio, 2005.

APÊNDICE

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS NA PESQUISA DE CAMPO

- 1) Qual sua idade?
- 2) Qual seu estado civil?
- 3) Qual nível de escolaridade?
- 4) Qual benefício recebe da Previdência Social Rural? Há quando tempo recebe o benefício?
- 5) Possui filhos? Eles permanecem no meio rural? Neste caso, qual a atividade exercida por eles?
- 6) Quantas pessoas residem na sua casa? Estas pessoas dependem da sua renda?
- 7) Há mais algum beneficiário da PSR residente no lar?
- 8) Já ocorreu de a família depender exclusivamente da renda da aposentadoria?
- 9) Já auxiliou outras pessoas, que não residem no lar, com a renda da aposentadoria?
- 10) Possui outra renda além da aposentadoria?
- 11) Qual a atividade exercida antes de se aposentar? Continuou exercendo a atividade?
- 12) Neste caso, já utilizou o valor do benefício para financiar a produção rural?
- 13) Após se aposentar, mudou de domicílio, ou continuou residindo no mesmo local? Neste caso, fez alguma reforma na residência, ou adquiriu bens materiais com o valor recebido pela PSR?
- 14) Para que outros fins o valor da PSR é utilizado? Medicamento, auxílio às necessidades básicas?
- 15) Qual o significado da PSR para você?
- 16) Você a considera uma política que promove a independência do idoso? Neste caso, ela contribui para sua permanência no meio rural?